



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO IX — N.º 86 — SÃO PAULO, SETEMBRO DE 1964 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191 — S/2

le os
re os
O
uma
s no
enta-
erro-
pen-
dig-
que
ctivo
ade.
ários
nen-
viu-
qui-
ubli-
o Jo-
rmo

Salazar,

ades
nen-
rcito
cista

Inimigo

elião
idos
de
co-

Da

nado
ação
tais,
vol-
que
rteis

Cultura



Egas Moniz, Prémio Nobel de Medicina "SINTO-ME EXILADO NO MEU PRÓPRIO PAÍS"

O fascismo é, por definição, incompatível com a cultura. Como lhe falta, porém, a coragem de proclamá-lo, procura impor uma Kultur oficial que o glorifique e se identifique com os seus princípios ideológicos... Nesse campo, como em outros, Salazar pretendeu o impossível: navegar entre duas águas. Ao longo dos últimos 38 anos, perseguiu sempre teimosamente todas as manifestações do espírito por às considerar indissociáveis do amor do homem à liberdade e à dignidade. Mas a cultura oficial que tinha para oferecer afigurou-se-lhe desde o início tão pobre e ridícula que não ousou imitar os seus mestres alemão e italiano. Fugiu a declarar além da superioridade da nova cultura a sua exclusividade. Nesse ponto quedou-se muito aquém de Hitler, o qual, pela palavra de um mestre de Heidelberg, chegou a anunciar que a Matemática era uma ciência eminentemente racial e que as teorias de Einstein não passavam de mistificação judaica dirigida contra a física ariana.

Salazar deixou, apesar de tudo, que os homens de cultura, embora perseguidos, sobrevivessem (com algumas excepções), e esforçou-se, sempre que se lhe proporcionou o ensejo, por apresentar essa sobrevivência como prova da sua sensibilidade de Mecenas. Não conseguiu, evidentemente, apagar da história os expurgos que privaram as nossas Universidades das maiores figuras da ciência e do pensamento portugueses. Pela lista fornecida pelo nosso companheiro Barradas de Carvalho, na série de artigos que estamos publicando, pode-se avaliar o que sofreu a inteligência nacional com a sanha feroz do ditador. Mas a memória de Sala-

zar é fraca. Tão fraca que, quando intelectuais portugueses democraticos se deslocam ao estrangeiro a fim de participarem em manifestações culturais de certa repercussão, dá inclusive instruções aos seus embaixadores e adidos para agirem de modo a criarem nesses países a ilusão de que em Portugal são excelentes as relações entre o regime e os intelectuais. Essa farsa foi uma vez mais ensaiada no Brasil, a pretexto da visita de escritores do porte de Gaspar Simões e Joel Serrão. Dispensamo-nos de comentar a hipocrita movimentação dos representantes de Salazar em torno desses homens de cultura com os quais nada têm de comum. Em pura perda se entregaram à comédia, destinada, afinal, a impressionar a opinião pública brasileira. Não se deixou iludir o Brasil, embora tenha recebido de braços abertos os dois escritores. Do grupo inicialmente convidado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo fazia parte, também, o eminente professor e ensaísta OSCAR LOPES. Mas não veio. A PIDE não o deixou sair de Portugal. Sem dar explicações, como habitualmente. Esqueceu-se, contudo, de prever que as conferências já haviam sido anunciadas. E, assim, todos os que neste país amam a cultura souberam que OSCAR LOPES não viera porque a polícia política portuguesa vetara o seu nome. Bem se pode dizer que do balanço da visita desses intelectuais portugueses o que ficou no espírito de milhões de brasileiros foi a confirmação daquilo que já sabiam: a incompatibilidade entre Salazar e a cultura.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

Nesta Edição

DELGADO EXALTA O
PAPEL DAS MASSAS
pag. 8

PACTO MILITAR EN-
TRE A RODESIA E SA-
LAZAR
pag. 8

DECLARAÇÕES DO
PRESIDENTE DA FRELI-
MO, DR. MONDLANE
pag. 4

OS JURISTAS DEMO-
CRATICOS CONTRA A
REPRESSÃO
pag. 7

HOMENAGEM A IN-
TELLECTUAIS DEMO-
CRATICOS PORTUGUE-
SES
pag. 5

A "TIME" CONTRA O
COLONIALISMO...
pag. 4

A SITUAÇÃO ECONO-
MICA EM PORTUGAL
pag. 3

NOVAS PRISÕES
pag. 6

MOEDA FORTE E
VIDA MISERAVEL
pag. 5

COMEMORAÇÕES DO
5 DE OUTUBRO
pag. 7

COLONIALISMO E AN-
TICOLONIALISMO
pag. 7

APELO AOS LEITORES
pag. 2

ATAQUES À ONU
pag. 4

OBSCURANTISMO SA-
LAZARISTA
pag. 2

A Lição de Beja

Organizações Novas Para Novas Tarefas

Já nos referimos ao isolamento do regime de Salazar e à crise que o devora, às dificuldades internas de ordem objectiva, a guerra colonial, inflação e deficit, bancarrota das classes médias, ruína e penúria dos camponeses e da classe operária, fricções e antagonismos no próprio seio das oligarquias fascistas e também às dificuldades de ordem subjectiva: a correlação de forças mundiais, clima de intranquilidade popular, ascensão do movimento de resistência, unidade orgânica das diversas correntes oposicionistas numa Frente Patriótica Nacional, realização e evolução favorável de acções solidárias no estrangeiro.

Desde 1959/60 as acções de resistência à ditadura vêm adquirindo em Portugal um carácter maciço e sistemático. Greves, manifestações, contactos de resistência civil e militar.

Embora as lutas não tenham ainda atingido um nível capaz de ameaçar a estabilidade fascista vão crescendo em profundidade e revestindo-se de um forte conteúdo político e revolucionário. A partir da odisséia do "Santa Maria", as lutas da Oposição portuguesa anti-salazarista despertam cada vez mais interesse nos meios internacionais e suscitam inclusive acções solidárias antes impossíveis. É certo que por si só o alerta espectacular e romântico do cap. Galvão houvesse resultado completamente estéril se não tivesse vindo acompanhado do aguçamento e da radicalização das lutas internas e duma renovada e intensa actividade dos emigrados.

A guerra de Angola veio aumentar ainda mais a curiosidade e o interesse internacionais pela situação de Portugal e pelas lutas do povo português e dos povos das colónias. Em vários lugares — sem mencionar alguns países africanos em aberta beligerância com o colonialismo praticado pelo regime salazarista — tomaram-se já medidas e resoluções em apoio da luta do povo português, contra a ditadura e contra as guerras de rapina de Angola e da Guiné. Na ONU e fóra dela o governo fascista de Oliveira Salazar tem sido colocado com reiterada frequência no banco dos réus, denunciado e repudiado pelos povos.

Paralelamente sob a pressão e impulso das lutas de massas e dos factores favoráveis de ordem subjectiva, a Oposição portuguesa, outrora fechada em pequenos redutos dogmáticos, fortemente influenciada por táticas puchistas e ilusões legalistas, adquiriu rapidamente um índice de maturidade nunca antes alcançado, começa a elaborar uma metódica e promissora actualização dos métodos de luta e das formas de organização, e cria as bases da unidade militante e duma nova estratégia.

Nestes últimos anos, apesar do terror fascista, o povo português vem realizando numerosas batalhas contra a ditadura: as manifestações de massas do Porto e Lisboa na oportunidade do dia internacional da mulher e em outras datas simbólicas, como o 1.º de Maio de 1962 e 1963, congregando na rua centenas de milhares de cidadãos; e ainda as lutas reivindicativas dos assalariados agrícolas do Alentejo, onde perto de 300.000 camponeses saíram aos campos exigindo e impondo a jornada de 8 horas, e lutando de novo por essa histórica conquista em 1963; as greves heróicas dos estudantes de Coimbra, Porto e Lisboa; os actos de resistência dos soldados como o do soldado Gil no regimento de Leiria; os de Mafra, onde 13 soldados destruíram violentamente as tendas para os oficiais; os de Tanços, onde perto de 500 não compareceram na Companhia, como na Amadora e em outros quartéis.

Em quasi todas as unidades do exército recrutadas e oficiais manifestam de mil maneiras o seu repúdio contra a repressão e a guerra colonial, organizando levantamentos de rancho, motins e deserções individuais e colectivas, às vezes com o risco da própria vida, como em Leiria e Beja. Esta resistência toma cada dia maiores proporções e estende-se também às colónias e ao próprio seio das tropas expedicionárias estacionadas nas zonas de guerra. Participam nelas tanto soldados como oficiais. Centenas de soldados e numerosos oficiais têm desertado no decurso da guerra colonial, unindo-se aos que lutam nas colónias e na metrópole pela independência e pela liberdade dos respectivos povos.

Assiste-se assim ao despontar dum ciclo histórico onde o povo português aparece como principal protagonista, impondo uma perspectiva e uma tónica social às lutas contra a ditadura, durante décadas nas mãos de conspiradores militares ou de "élites" políticas.

O movimento oposicionista português, sacudido e insuflado por esta torrente popular criadora, comandado por uma vanguarda esclarecida, parece ter captado as exigências nacionais. Se estiver em condições de canalizar pelas vias adequadas as ansias do povo e souber interpretar fielmente os seus desejos, dando-lhes um conteúdo político-revolucionário, muito brevemente estará em condições também de tomar a ofensiva.

Enquanto os diversos sectores oposicionistas se mantiverem divididos entre si e separados das massas, aferidos a concepções e preconceitos individualistas e passionais ou a normas livrescas acerca da revolução, continuarão a ser os depositários e para-choques perpétuos dos atropelos e sevícias da ditadura, pois as reacções irreflexivas e aventureiristas, como as passivas e meramente defensivas, são sempre os gemidos e brados de protesto de quem recebe os castigos.

A ofensiva foi e será sempre a melhor defensiva e a arma da vitória. Mas, evidentemente, antes de passar à ofensiva é imprescindível não só conhecer o terreno, o inimigo e as forças do inimigo; é necessário dispor dum "exército" organizado e disciplinado de meios materiais, planos de ataque, etc. É indispensável reunir num momento dado uma soma de condições favoráveis. Várias destas premissas existem, outras ainda não. Mas, sem dúvida, a principal debilidade das forças oposicionistas portuguesas na hora presente reside na

falta de organização, quer no que respeita a número, quer no que respeita a qualidade.

Creemos que, no aspecto político estrito, a rede de organizações existentes, clandestinas, legais e semi-legais, principalmente ilegais, é bastante perfeita. É considerável sobretudo a assombrosa capacidade da vanguarda revolucionária e dos seus órgãos para refazer-se dos golpes da PIDE, de reorganizar-se rapidamente. A Oposição clandestina em Portugal conta com vasta tradição e dispõe de quadros temperados, aguerridos, duma dedicação e fidelidade sem limites à causa da revolução. Com um esforço sério e persistente num curto lapso de tempo este aparelho poderia duplicar e triplicar. Mas não só no sentido vertical e quantitativo — repetimos. Seria insuficiente.

O que a situação exige, agora, é, como dissemos, precisamente, um grande esforço organizativo que não se limite a duplicar e reforçar as organizações existentes mas a criar outras novas, integradas ou não (em certos casos não) no aparelho político unitário ou dos partidos, e orientadas no sentido da actual visão estratégica pela via não pacífica. Isto é: formas orgânicas especiais com estrutura e quadros especiais, dispostos de meios técnicos e ligações adequadas para realizar tarefas e missões especiais, fora ou dentro das JAPS, mas com o fito expresso de estimular, proteger, ampliar e cooperar nas acções populares de massas, em estreita ligação com estas, embora, a nosso ver, independentemente destas. Reiteramos: organizações especiais para tarefas especiais, com estruturação própria e certo grau de autonomia técnica.

(Continua)

PEQUENAS NOTÍCIAS

- Dez vagões carregados de sucata destinada ao Transvaal descarrilaram na linha da Moamba, em Moçambique. Os prejuízos ascendem a milhares de contos, suspeitando as autoridades coloniais de que se trata de um ato de sabotagem organizado por elementos nacionalistas.
- Morreu em combate, em Angola, o soldado José Miguel Ventura.
- O intercâmbio entre a Mocidade Portuguesa e as organizações fascistas espanholas está sendo intensificado. Ao abrigo dessa política 36 cadetes da "Organización Juvenil Española" acabam de realizar prolongada visita a Portugal.
- A venda em leilão de Angola às grandes potências imperialistas prossegue. A última grande empresa estrangeira que recebeu autorização para se instalar em Luanda gozando de facilidades excepcionais foi a Land Rover, cuja oficina de montagem de automóveis acaba de ser inaugurada pelo sr. Tomas. A percentagem de materiais angolanos utilizados é nula e a de acessórios produzidos pela indústria portuguesa inferior a 15%.
- Outra empresa estrangeira que obteve autorização para se instalar em Angola foi a "Dyryup" que vai explorar o ramo das tintas e vernizes.
- A pretexto de socorrer as populações atingidas pelos últimos tremores de terra, os Estados Unidos mantêm na ilha açoreana de São Jorge numerosos elementos da sua Marinha de guerra para os quais foram já construídos alojamentos "provisórios". Em agosto seguiu para as colónias, de Lisboa, mais um contingente de tropas.
- A agência United Press, cujas ligações com a ANI foram há muito denunciadas pelos democratas portugueses, procurou, através do seu enviado especial a Moçambique, Peter Knox, fazer a propaganda do colonialismo português junto da opinião publica norte-americana durante a recente visita do sr. Americo Tomás aquela colónia.
- Causou surpresa em Luanda o desmentido da Cabinda Gulf Oil Company sobre a recente descoberta de petróleo na região de Ntoh que semanas atrás fora oficialmente anun-

ciada. Admite-se que o desmentido tenha sido ordenado pelo poderoso truste interessado na exploração imediata do lençol petrolífero, mercê da incapacidade revelada pelas autoridades salazaristas para "pacificarem" o enclave.

● O jornal salazarista "A Província de Angola" reconhece que em 1963 "embora com expressão menos pronunciada do que em 1962, voltou a agravar-se o custo de vida em toda a província, atingindo o índice geral de 363 (1938-100).

● Faleceu em Portugal o padre Abel Varzim, que era um dos principais líderes da J.O.C.

● Cerca de meia centena de quadros da organização fascista "Mocidade Portuguesa" seguiram para Angola, Moçambique e São Tomé em "viagem de estudos".

● O governo português continua a organizar grandes caçadas em Moçambique em honra de aristocratas europeias que visitam a colónia. O proximo "safári" destina-se à marca de Vilaverde, filha do ditador Franco.

● A PIDE está orientando nos bastidores o inquerito em curso na TV portuguesa sobre o chamado "incidente" do dia 21 de Agosto. Nesse dia, o artista Francisco José surpreendeu os telespectadores queixando-se de que os artistas portugueses recebem quantias quatro ou cinco vezes inferiores a qualquer estrangeiro.

● A Africa do Sul, boicotada por um numero cada vez maior de nações, está incrementando rapidamente as suas trocas comerciais com Portugal. Em 1963 as suas exportações para Portugal aumentaram de 90%.

● A Interamerican Capital Corporation, um dos principais trustes de financiamentos e investimentos dos Estados Unidos, vai instalar em Lisboa uma delegação que segundo o seu proprio presidente, sr. J. Evans, será uma "testa de ponte" para toda a Europa e Africa. Aquele magnata da finança norte-americana, de visita a Lourenço-Marques, declarou à imprensa que a Interamerican está disposta a aplicar em Moçambique um capital nunca inferior a um bilhão de dólares...

Apelo aos Leitores

Nos repetidos apelos que vem dirigindo aos seus leitores, PORTUGAL DEMOCRÁTICO tem salientado que ao constante aumento das despesas, decorrente do processo inflacionário brasileiro, está longe de corresponder um acréscimo correspondente das receitas. O desequilíbrio daí resultante acaba de se agravar sensivelmente com a alta das tarifas postais do Brasil que se traduz para os nossos serviços de expedição num gasto suplementar de várias dezenas de milhares de cruzeiros. Não dispõe PORTUGAL DEMOCRÁTICO de reservas que lhe permitam fazer face a essas novas despesas. A regularidade das nossas remessas para o Exterior fica pois dependente da eventual ajuda que os nossos leitores e amigos nos possam enviar. Dependendo cada vez mais do auxilio recebido dos nucleos portugueses espalhados pelo mundo, PORTUGAL DEMOCRÁTICO espera que, nesta grave emergencia, eles correspondam uma vez mais ao apelo que lhes é endereçado.

O Obscurantismo Salazarista - II

Ainda os Quadros Universitários

Joaquim Barradas de Carvalho

Quando no primeiro artigo, sob este mesmo titulo, dizíamos não ter o propósito de sermos exaustivos numa matéria em que não o podíamos ser, por falta de elementos que nos dessem uma relação completa dos Professores Universitários demitidos pelo Governo de Salazar, tínhamos inteira razão. Com efeito, alguns nomes mais — e não dos menos importantes — surgiram entretanto na nossa memória. Mas assim mesmo, pensamos que alguns nomes nos escapam ainda. Acrescentamos hoje à lista anterior, os nomes dos Professores: Celestino da Costa, Adelino Costa, Cândido de Oliveira, Cascão de Anciães, Cezina Bermudes, todos Professores, na maioria dos casos Professores Catedráticos, da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa; Torre da Assunção, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, e que, tal como o Professor Flávio de Rezende, do qual falamos no artigo anterior, foi mais tarde reintegrado mercê de uma medida... de clemência relativa e alguns dos vinte e tal Professores das Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra demitidos na conhecida lista de 1947; Ferreira de Macedo, Pires de Carvalho, João Lopes Raimundo Professores Catedráticos do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa; Branquinho de Oliveira, Professor Catedrático do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa; Orlando Morbey, Rodrigues, Professor do Instituto de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade de Lisboa; e finalmente, entre aqueles que agora me vieram à memória figura o nome da saudosa Professora Dra. Maria Isabel de Aboim Inglês, um dos casos mais revoltantes de perseguição a um universitário. Maria Isabel de Aboim Inglês era Professora-Assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e uma vez afastada desse lugar, sendo viúva e tendo três filhos a sustentar e a educar, entregou-se à direcção de um Colégio de Ensino Secundário Particular, sua propriedade, e para o funcionamento do qual possuía o respectivo alvará. Pouco tempo passado, o chamado Ministério da Educação Nacional cassava-lhe o alvará, obrigando-a a fechar o Colégio. Ficando ainda na posse do Diploma de Ensino Particular, resolve dar lições em Colégios particulares de Ensino Secundário como Professora de História e Filosofia. Mais uma vez o chamado Ministério da Educação Nacional interveio para lhe cassar o Diploma que anos antes lhe havia sido concedido. É então que Maria Isabel de Aboim Inglês, ex-Professora Assistente de Psicologia Experimental e de História da Filosofia Antiga na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa resolve, não por ironia nem por demagogia, mas muito simplesmente porque precisava de sustentar e educar três filhos, abrir um atelier de modista... Mas a odiosa perseguição está longe de ter o seu fim, pois entretanto uma das suas filhas é demitida do lugar que muito legalmente havia conquistado

como Professora do Ensino Técnico, e pela bem simples e monstruosa razão de ser sua filha. Sem meios de sobrevivência em Portugal, Maria Isabel de Aboim Inglês encorajada por amigos portugueses emigrados no Brasil, resolve deixar Portugal para ingressar nos quadros docentes de uma Universidade do Brasil. Prepara-se para esse novo caminho com o entusiasmo e a coragem que manteve durante toda a sua vida, mas o Governo Salazarista recusa-lhe o passaporte. A mulher inteligente e corajosa que foi Maria Isabel de Aboim Inglês morre de uma doença cardíaca, vão passados dois anos, vivendo os últimos anos da sua existência de lições particulares de História e Filosofia que ela era obrigada a dar... clandestinamente!!!...

A meia centena de nomes citados, mostra sobejamente e sem necessidade de mais comentários, até pelo valor científico desses nomes, o que tem sido a politica obscurantista do Governo Salazarista relativamente às três únicas e modestas Universidades Portuguesas.

Para finalizar este breve artigo lembremos um caso recente, e pouco conhecido, em que o autor destas linhas foi um dos protagonistas. Em 1961, por decreto saído no "Diário do Governo", foi recreada (fora extinguida anos atrás; maneira sumária e expeditiva) de demitir Professores Universitários) a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sendo os seus novos quadros, na qualidade de Encarregados de Curso, recrutados através de concurso documental. Uma Comissão de Professores nomeada pelo chamado Ministério da Educação Nacional foi encarregada de julgar os candidatos a partir do "currículum vitae" por estes fornecido. E assim foi na verdade. Apenas se deu um incidente estranho (melhor: em qualquer outro País que não o Portugal de Salazar): três "dossiers" desapareceram antes de chegar à Comissão de Professores — o meu, o do Dr. Joel Serrão, Professor efectivo do Liceu Passos Manuel em Lisboa, e o de um terceiro, um jovem filósofo católico, Bernard da Costa. Estravio dos nossos "dossiers"? Parece que não. Melhor: seguramente que não. Perante a ficha da PIDE o titular da pasta chamada da Educação Nacional resolveu pura e simplesmente "sonegar" os nossos "dossiers". Não afectos ao regime político vigente, era de boa politica fazer-nos desaparecer, não fosse a Comissão de Professores por ele próprio nomeada ser-honesto, objectiva — nunca se sabe — e reter as nossas candidaturas. Entretanto o Dr. Joel Serrão é Professor efectivo dos Liceus!... Mas parece que é um daqueles casos, não único, em que se é perigoso só na Universidade... E para terminar este incidente racaboleoso lembramos que entre as nomeações para Encarregado de Curso na Faculdade de Letras da Universidade do Porto houve uma auto-nomeação — a do Sub-Secretário da chamada Educação Nacional à data do Concurso...

es Nolas e comentarios

leitores, to cons-cionário pondense agr-que se olemen-e POR-tam fa-ssas rel ajuda ndendo s espa-espera mais ao

OS

Carvalho

Técnico, ruosa raneios de laria Isajada por dos no gal para ntes de Prepa- o com o manteve is o Go- o passa- e cora- e Abolm Aboim cardia- vando éncia de a e Filo- dar...

citados, ccessida- pelo va- que tem do Go- ente às rsidades

artigo e pouco estas li- is. Em "Diário lora ex- sumã- professo- lade de rto, sen- a quali- rso, reso do- Profes- Ministe- encarre- a partir tes for- e. Ape- stranho 'ais que): três ites de ores — Profes- Manuel lro, um ard da ssiers"? rramen- a PIDE Educa- imples- ssiers".

vigen- s desa- de Pro- da ser- se sabe 'as. En- Profes- as pa- s, não só na r es- bram os Encar- de Le- hove Sub-Se- Nacio-

Portugal, Brasil, África

Na ansia de se salvar, o salazarismo tenta arrastar, em manobras desperadas, tudo e todos na sua queda. A última destas manobras achada em pleno desenvolvimento: anuntia-se, por enquanto não oficialmente, mas com foros de verdade, que o governo de Lisboa estaria oferecendo ao do Brasil facilidades portuárias — os chamados portos livres — nas cidades africanas de Luanda e Lourenço Marques.

Esta oferta, aparentemente sedutora, esconde perigos para os dois países que, no nosso papel de defensores, intransigentes e de longa data, de uma autentica comunidade luso-brasileira, não podemos deixar de denunciar. Foi o jornal o primeiro, já há meia dúzia de anos, numa conjuntura histórica em que tal medida ainda parecia possível, a sugerir a criação de uma comunidade luso-brasileira, que se estenderia à África, erguida dentro de um regime de liberdade interna dos países aderentes e de respeito mútuo pela independência dos povos que a ela aderissem.

Faziamos-lo, na altura, na previsão, que infelizmente se revelou verdadeira, de que o salazarismo, não atendendo às legítimas reivindicações dos povos africanos, levaria a situação a um ponto de violência e de extremismo — e aí está a guerra em Angola e na Guiné para nos provar que assim foi — em que tudo se perderia. Parecia-nos, na época, que, preenchidas duas condições prévias e indispensáveis — libertação de Portugal do regime que a oprime e real independência das colônias — essa Comunidade seria a única forma de salvar os verdadeiros interesses de Portugal em África, inclusivo e sobretudo a nossa presença cultural que, sabemos-lo bem, é tão cara aos nossos amigos brasileiros como a nós, portugueses.

Entretanto, porém, a situação em África evoluiu de tal forma que a medida nos parece, hoje, não só insequível, como altamente prejudicial para os interesses dos dois países. Com efeito, uma análise, mesmo perfunctória, do panorama internacional, mostrar-nos-á que a política de descolonização é completamente irreversível e, por outro lado, que o regime de Salazar não tem a menor possibilidade de negociação com os povos africanos que o oprime. Todas as tentativas, neste sentido feitas pelo atual governo de Lisboa foram rechaçadas com veemência, por toda a África. Condenado, portanto, universalmente e sem remissão, Salazar, compreendendo a posição de excepcional prestígio de que o Brasil desfruta no continente africano pretende agora, ao oferecer ao Brasil os chamados portos livres, utilizar essa posição para se manter em África e, como isso, prosseguir oprimindo o povo português.

Ora, o Brasil tem, na verdade, um grande papel a desempenhar em África, para o qual o credenciam não só o seu potencial económico, mas também as suas características culturais e étnicas e a sua posição geográfica. Acreditamos, porém, que só poderá fazê-lo se se mantiver fiel aos imperativos morais que nortearam o seu desenvolvimento histórico, à sua tradição de defensor da independência e da emancipação dos povos. Entrando em África pela mão de Salazar, aceitando esse presente de greco, estaria o Brasil inutilizando o seu maior trunfo, o único que lhe permitiria competir em condições favoráveis com países economicamente mais fortes e já tradicionalmente instalados no continente africano, como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França.

Os neo-salazaristas, para levar adiante a sua manobra, pretendem fazer esquecer esta verdade: o interesse de um país coincide com a força moral que lhe assiste. Em política internacional, como na vida quotidiana, o crime não compensa. O caso presente parece-nos uma boa ilustração desta asserção: as relações do Brasil com os países africanos só poderão atingir o nível que o prodígio desenvolvimento industrial deste país permite esperar se não forem esquecidas as grandes lições de respeito à dignidade humana e à liberdade das nações, que encham as páginas da sua História. E depois, mesmo admitindo o raciocínio desses salazaristas, para que assumissem compromissos com o colonialismo, se este se acha irremediável e unanime-

P. D.

O Eixo Lisboa - Bonn

As ligações do fascismo português com o governo de Bonn são bem conhecidas. Logo que a Alemanha Federal, graças à ajuda maciça de Washington e dos grandes monopólios norte-americanos se recuperou das destruições da guerra, Salazar apressou-se a estabelecer com os seus governantes as intimas relações que manteve com o III Reich durante toda a sua existência. Os grandes trusts alemães voltaram a ocupar em Portugal as posições privilegiadas de que desfrutavam e as portas das colônias foram abertas de par em par ao capital monopolista germano-ocidental. Depois, numa segunda fase, vieram os acordos bilaterais no âmbito da chamada Aliança Atlântica, as visitas de oficiais da Bundeswehr de parlamentares e jornalistas revanchistas.

Estava criado o ambiente para as facilidades a conceder às forças armadas de Bonn. E essas facilidades, como é do domínio publico consistiram entre outras coisas na instalação de bases alemãs em território português e na autorização para os pilotos da nova Luftwaffe realizarem sobre as cidades e campos de Portugal o tipo de treinos de guerra a que nem no seu proprio país podem entregar-se. Não ficou por aí a política de aproximação entre Salazar e o renascente militarismo alemão. Bonn transformou-se na unica capital europeia que não esconde o seu apoio à guerra colonial que o fascismo português move aos povos da Guiné e Angola; e Salazar orgulhava-se de ser o mais fiel aliado do dr. Ehrhard. Não é de estranhar assim que o fascismo português, através de um comunicado emitido pelo Ministerio da Defesa tenha agora vindo a publico confirmar oficialmente até que ponto levou já a sua "aliança" com os herdeiros do III Reich. Vale a pena esclarecer que, nos termos dos acordos bilaterais vigentes, Bonn está prestando há meses assistência de vários tipos, incluindo a medica e hospitalar, às forças do exercito colonialista português. A sustentação da guerra colonial vai, porém, mais longe. Para injetar uma vida artificial nas finanças e na economia nacionais, o governo alemão fez à mal equipada industria de armamentos portuguesa encomendas num valor superior a três milhões de contos (mais de 100 milhões de dólares). Como se salienta em Lisboa, além do interesse economico imediato, criam-se assim condições para melhorar o "equipamento de defesa nacional" o que traduzido em linguagem inteligivel quer dizer que a Alemanha de Ehrhard faz um esforço real para colocar a industria bélica portuguesa em condições de atender às necessidades mais importantes da guerra colonial.

Evidentemente que a ajuda de Bonn nada tem de desinteressada. As novas "facilidades" concedidas às forças armadas alemãs em Portugal são de tal ordem que em certas regiões, como a de Beja, os portugueses começam a sentir-se em terra ocupada. Por outro lado, os monopólios da Republica Federal tem mais do que nunca carta branca em Portugal, e em todas as colônias.

Para que se avalie o grau de subserviência a que chegou o fascismo português em relação aos militaristas de Bonn basta dizer que o comunicado do Ministerio da Defesa Português foi expedido da capital alemã...

Felizmente que a essa baixaza responde o povo português com a altivez necessária, repudiando esses acordos criminosos e contrários aos seus interesses. Já o disseram aqui e repetimo-lo. Não serão as bases alemãs, nem os marcos alemães, nem os vãos dos jatos alemães, que impedirão o levante armado vitorioso do povo português contra o fascismo de Salazar. E podem o dr. Ehrhard e seus conselheiros estar certos de que, após a insurreição que a libertará, a nação portuguesa, amante da paz, considerará como papeis sem valor todos esses acordos em que está presente o espirito revanchista do militarismo prussiano.

MUR

A F.P.L.N. e os Caminhos Ilusórios

A longa noite fascista que há 38 anos se abateu sobre a terra portuguesa, leva muita gente, inclusive alguns democratas honestos e combativos, a perder a paciência e a cair no desespero, sonhando com soluções para acabar com a ditadura que, afastando-se do caminho revolucionário de massas, conduzem a caminhos ilusórios e, ao final, contribuem para atrazar o processo revolucionário.

Partindo de uma realidade objetiva incontestável, de que há muito o povo português está convencido de que, para derrubar a ditadura fascista e instaurar a democracia, será necessário o recurso à força, pensam aqueles democratas que para abreviar a queda da ditadura nada mais é necessário do que desencadear a violência.

Porém, cabe perguntar a esses democratas qual o ato de força que pode provocar o derrubamento do governo fascista e levar ao poder um governo democrático? Qual o caminho para preparar esse ato de força, em suma, criar uma crise revolucionária e ganhar, para o povo, essa revolução?

Aqueles que respondem à primeira pergunta advogando o golpe militar, aí estão os 38 anos de fascismo, durante os quais vários golpes se prepararam e realizaram — ainda recentemente tivemos a experiência do assalto ao quartel de Beja — para comprovar a ineficácia e erro de suas teses.

Aos que sustentam o terrorismo — ações violentas desligadas do conhecimento e luta de massas — como caminho para preparar a revolução, lembramos que também em Portugal, como em todo o mundo, o terrorismo político falhou e não se mostra, ontem como hoje, susceptível de atingir mortalmente o aparelho de estado fascista. Pelo contrário, como se verifica pela própria experiência terrorista em Portugal — recordamos, entre outros, os atentados contra personalidades políticas do regime — só serviu para reforçar a ditadura e desencadear, justificando, uma feroz repressão contra a vanguarda da luta anti-fascista.

Estas tendências, que não são de hoje, e, conforme as épocas, ganham uma ou outra mais ou menos adeptos — sinceros uns, outros calculadamente oportunistas e aventureiros — com raízes classistas facilmente identificáveis, refletem, acima de tudo, uma falta de confiança no povo que dificulta, a quem as abriga, contribuir decisivamente para o processo revolucionário que visa à destruição do Estado fascista e à implantação da democracia em Portugal.

As forças políticas que se propõem conquistar o poder e operar as transformações necessárias à real democratização da sociedade portuguesa, sabem qual é o ato de força que derubará a ditadura fascista e qual o caminho a percorrer para lá chegar.

A II Conferência da F.P.L.N. deu aos impacientes e pseudo revolucionários — que pretendem fazer crer que conchamar e orientar os trabalhadores, os estudantes, as massas a lutar por reivindicações económicas, sindicais, associativas, pela libertação dos presos políticos e denúncia da repressão fascista, é fazer retardar o processo revolucionário no nosso país — deu uma resposta clara e inequívoca.

A II Conferência, no seu "Apelo aos Portugueses" diz textualmente: "Atacar a ordem fascista, é lutar pelas liberdades políticas e pelas novas estruturas que constituem a propria base politica, económica e social dum Portugal Democrático. Atacar a ordem fascista, é lutar diariamente, corajosamente, pelo Pão e pela Liberdade. Atacar a ordem fascista é lutar por sindicatos livres, é lutar nas escolas por associações livres. Atacar a ordem fascista é lutar pela libertação dos presos políticos e resistir à violência repressiva. Atacar a ordem fascista é preparar assim, com espirito de responsabilidade, mas com determinação e audácia, o levantamento nacional armado".

Com esta orientação definiram as forças coligadas na F.P.L.N. o caminho para o derrubamento da ditadura fascista.

A perspectiva que se apresenta aos democratas, dentro e fóra de Portugal, é elevar a luta àquele nível superior. É multiplicar rapidamente as suas organizações e temperar na luta os seus quadros para passar audaciosamente, no decurso da própria luta e no momento devido a formas violentas de acção popular. E, na base duma forte organização ligada às massas populares e com estreitas ligações nas forças armadas, decidir o assalto final à fortaleza

fascista. Este será o momento da insurreição popular, o momento em que a luta armada do povo e dos militares revolucionários vencerá e destruirá o Estado fascista. Ganhar para esta perspectiva a maioria dos patriotas e democratas parece-nos ser no momento a tarefa n.º 1 da F.P.L.N. A. A.

Pé no chão é Crime

Regulamento policial publicado no "Diário do Governo" de 10-7-64 proibe o trânsito de pessoas descalças em todos os lugares públicos da área do distrito de Lisboa, estabelecendo penalidades para as infrações.

Esta proibição não é novidade em Portugal: em várias zonas do Norte e do Algarve, mais da preferência dos turistas estrangeiros, há muito que o pé-descalço não é tolerado. Esta atitude é típica dos processos do fascismo: não querendo, nem sabendo, suprimir a pobreza, proíbe a presença dos pobres onde quer que esta possa "atrapalhar" os planos de propaganda elaborados no SNI.

Para os problemas sociais, as "soluções" encontradas pelo fascismo são sempre o avesso das soluções positivas e racionais encaradas em qualquer país de regime político meramente liberal. A fome ou o desemprego, por exemplo, ou constituem caso de polícia — greve, mendicância, pé-descalço — ou são problemas de censura — assuntos interditos à imprensa.

A falta de sapatos tem agora também o seu regulamento próprio, não através das circulares confidenciais expedidas às repartições encarregadas do policiamento da informação, mas através de regulamento baixado no "Diário do Governo".

Assim, andar de pé-no-chão é crime punível com multa até 100\$00 (1/5 do salário mensal dum trabalhador rural) e com prisão até 15 dias.

Porém, e isto, numa ditadura "benevolente", como é a de Salazar, não podia deixar de acontecer, a lei, apesar de rigorosa, tem seu aspecto humano: a proibição de andar descalço exclui as áreas das praias e das piscinas. Portanto, quem não tiver sapatos, em Portugal, pode, apesar disso, frequentar, sem qualquer restrição nesse particular, as praias e as piscinas.

O "Diário do Governo" só não faz referência a um ponto, que nós no entanto vamos esclarecer: no dia do levantamento nacional, que há-de pôr fim ao regime ilegal e opressor, que depois de reduzir o povo à miséria lhe retira todos os direitos — até o de trânsito — a pretexto de pobreza, nesse dia, todos, em primeiro lugar os que não possuem sapatos, poderão circular livremente onde quer que haja armas para empunhar contra a ditadura, onde quer que haja um foco de fascismo a destruir. S. Q.

Portugal Democratico

No seu último número (6/7), "El Periodista Democrata", porta-voz da Organização Internacional dos Jornalistas, em novo artigo sobre a situação da Imprensa em Portugal, refere-se ao nosso jornal em termos que muito nos honram por representarem um reconhecimento do esforço que vimos desenvolvendo.

Ocupando-se da emigração, escreve o articulista:

"Estes portugueses também possuem a sua imprensa. Há certo numero de jornais fascistas, sobretudo no Brasil e nos Estados Unidos, sustentados pelo governo e por alguns grandes capitalistas, mas também órgãos dos trabalhadores e da unidade democratica. Estes ultimos existem no Brasil, na França, no Uruguai, na Venezuela, na Inglaterra, no Canadá, nos Estados Unidos, na Austrália, etc. Exercem uma influencia importante no sentido da unidade e da mobilização dos emigrados portugueses contra o fascismo e no tocante à informação da opinião publica internacional sobre as lutas do povo português e contribuem assim para o incremento da solidariedade democratica mundial. Por vezes, esses jornais circulam clandestinamente em Portugal."

PORTUGAL DEMOCRATICO, órgão dos democratas portugueses editado no Brasil é o jornal mais conhecido da imprensa democratica e goza de grande prestigio".

OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 20 ás 20,30 e das 22,15 ás 22,45 (hora de Portugal) na banda de 32 metros e das 0,30 ás 0,50 nas bandas de 36, 40 e 43 metros

Uma Emissora ao Serviço do Povo Português

Política Agrária Salazarista

O "Boletim de Informação Económica e Financeira" publicado pelo banco Pinto de Magalhães Lda. (n.º 59, de abril p.p.), apresenta um panorama da situação existente no nosso país no que se refere à agricultura.

Dele extraímos alguns dados que atestam, sem necessidade de maiores comentários, a que resultados tem conduzido a "obra governativa" da oligarquia instalada no poder, politicamente personificada em Salazar.

De acordo com a insuspeita publicação, o número de indivíduos ativos no setor agrícola baixou de 1.523.118 para 1.385.511 no decénio 1950/60. E isto "não em resultado do tropismo urbanístico, como, simplisticamente, se pode acreditar"... "A maioria dos que abandonam o torrão natal fá-lo porque este lhes nega o mínimo de condições vitais correntes em nossos dias".

No mesmo período, o número de indivíduos classificados como patrões diminuiu em cerca de 50%; isto é, passou de 141.069 em 1950 para 77.953, em 1960. Conclui-se, portanto, que esses indivíduos, que nos últimos anos perderam a sua qualidade de patrões, se viram forçados a vender as suas propriedades e passaram a trabalhar em terras arrendadas ou passaram à condição de assalariados. Em contrapartida, a concentração da propriedade aumentou consideravelmente no decénio 1952-62, como se pode avaliar pela evolução de três classes representativas do latifúndio, isto é, cujo rendimento coletável é superior a 100.000\$00:

- a) Classe de 100.000 a 500.000\$00: O número de rendimentos coletáveis subiu de 236, em 1952, para 885, em 1962, correspondendo-lhe um aumento de receita que passou de 37.683.000\$, em 1952, a 153.009.000\$, em 1962.
b) Classe de 500.000 a 1.000.000\$00: Os rendimentos coletáveis subiram de 9, em 1952, para 27, em 1962, tendo a receita acompanhada a ascensão do modo seguinte: 1952 — 5.674.000\$00; 1962 — 17.892.000\$00.
c) Classe superior a 1.000.000\$00: O número de rendimentos coletáveis passou de 3, em 1952, para 13, em 1962, e a receita acompanhou o aumento passando de 3.887.000\$ a 23.264.000\$00.

É por demais notório que estes números evidenciam uma concentração da propriedade que, em relação às classes superiores dos indivíduos ou sociedades coletadas, se traduz em aumentos da ordem de 400%, em 10 anos. Quer dizer, aumentou de 4 vezes mais o número de latifundiários.

Entretanto, a contribuição líquida — verba principal — entrada nos cofres do Estado, apresenta apenas um aumento de 11%, isto é, passou de 173.401.000\$00, em 1952, para 193.882.000\$00, em 1962, o que prova quem são os grandes beneficiários da política salazarista.

Constata ainda o boletim do banco Pinto de Magalhães que "a evolução sofrida pela propriedade rústica nos últimos 10 anos não revela qualquer efeito de orientação no sentido preconizado no segundo Plano de Fomento, que admitia medidas de reestruturação da agricultura, como elemento condicional dum aumento de produtividade".

Talvez parecesse lícito, em face disto, falar-se em malogro do Plano de Fomento, cujo período de execução termina este ano. Porém, não houve malogro algum, uma vez que "planos" como aquele não passam de mistificação destinada a iludir a opinião pública. O que existiu sempre e continua a existir nos planos do governo salazarista, e que os fatos revelados pelo banco Pinto de Magalhães confirmam amplamente, é a decisão de ajudar a oligarquia que sustenta o regime a apropriar-se de todas as parcelas úteis e de todas as fontes de riqueza do país.

Paraiso Moçambicano...

E. Mondlane: 20.000 Presos nos Campos de Concentração

A revista "O Estudante", editada em Leyden, Holanda, publicou em seu numero 3 uma extensa entrevista com o dr. Eduardo Mondlane, presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Reproduzimos abaixo as passagens mais importantes das declarações daquele dirigente moçambicano.

P — como leader da FRELIMO, o movimento nacionalista que mantém a luta em Moçambique, agradeceríamos que nos informasse das condições existentes em Moçambique atualmente.

R — Como sabe, o nosso movimento nacionalista nasceu da determinação do povo de Moçambique de liquidar o colonialismo Português, alcançar a independência nacional e estabelecer a democracia no nosso país.

A situação política em Moçambique é bastante grave atualmente. O governo Português espera dentro em pouco aumentar os efetivos das forças armadas em Moçambique para cerca de 30.000 soldados, de maneira a poder resistir à nossa luta. Através das atividades desenvolvidas pelas forças armadas Portuguesas é evidente que o governo, como afirmou o presidente, se propõe a tomar as medidas necessárias para impedir a nossa luta pela independência de Moçambique. Em consequência, a brutalidade dos Portugueses contra o nosso povo temido de par com as afirmações do governo e as autoridades continuam a proceder a prisões em massa, elevando-se a mais de 20.000 o número dos prisioneiros políticos internados em campos de concentração. Esses patriotas são presos apenas sob a suspeita de não quererem cooperar com a polícia Portuguesa ou de pertencerem ao movimento clandestino da FRELIMO. A polícia secreta Portuguesa (PIDE), a qual se encontra presente em toda a parte em Moçambique e mesmo no estrangeiro, entrega-se a toda a espécie de barbaridades de modo a tentar destruir a nossa luta pela libertação.

UM POVO DE ESCRAVOS

P — É sabido que o colonialismo exerce um impacto fundamental nas esferas económicas. De que maneira se tem refletido esse impacto em Moçambique?

R — O objetivo do colonialismo Português nos territórios Africanos sob a sua dominação, tem sido explorar esses territórios de maneira a suportar a economia de Portugal e, nesse particular, Moçambique não é exceção. A maioria da exploração dos principais produtos do nosso país — açúcar, algodão, café, chá, copra e sisal — encontra-se nas mãos dos Portugueses. A posição dos Africanos na vida económica é simplesmente a de fornecedores de mão de obra a baixo preço. A exploração da mão de obra Africana é essencial à economia Portuguesa e aos Portugueses estabelecidos no nosso país. Veja-se por exemplo o sistema de trabalho forçado conhecido por Shivallo. O nosso povo é obrigado a trabalhar seis meses do ano nos projetos e fazendas dos colonialistas, de maneira a inundar o mercado com mão de obra forçada e, assim, diminuir ainda os salários pagos. Portugal exporta também os nossos trabalhadores para os territórios vizinhos, a ponto que a Câmara das Minas da África do Sul depende em cerca de 40% das suas necessidades de mão de obra dos nossos compatriotas. No acordo existente entre a Câmara das Minas da África do Sul e o governo Português encontra-se estipulado que 50% dos salários devidos aos trabalhadores são pagos ao governo Português, de maneira que as reservas de ouro de Portugal na África do Sul são garantidas pela exploração do trabalho do nosso povo. Assim se apresenta, de maneira sumária, a situação económica do nosso país e do nosso povo sob a dominação do colonialismo Português.

P — Devido à importância económica e social da educação no progress-

so dos povos, qual é, atualmente, a situação educacional no seu país?

R — É desnecessário afirmar que os Portugueses jamais tiveram a intenção de desenvolver a educação dos Africanos em Moçambique. Como resultado o nosso país encontra-se entre os mais atrasados de toda a África. O objetivo da política Portuguesa foi sempre de minimizar as oportunidades educacionais e, assim, dominar o povo de Moçambique. Para se ter uma ideia precisa basta atentar no fato de que numa população de seis milhões e meio, dos quais seis milhões são Africanos, apenas 5.500 crianças Africanas frequentam as escolas primárias. Dos 511 estudantes Africanos que frequentam o ensino secundário, 301 frequentam escolas de orientação profissional e 169 frequentam seminários religiosos. Os 41 restantes frequentam os liceus. Mas com que futuro? Se bem que os Portugueses se encontrem em Moçambique há 400 anos, com o pretexto da chamada "missão civilizadora", não existe ainda uma Universidade em Moçambique. Esses são, entre outros, malefícios do sistema colonial de educação, os quais nos esforçaremos por eliminar após a vitória da nossa luta pela independência e libertação nacionais.

PERSPECTIVAS DA LUTA

— Muito obrigado pelas informações respeitantes à situação no seu país, a qual, na verdade, justifica claramente a justiça dum luta pela independência e libertação. De que maneira, porém, tem progredido a luta?

R — A decisão mais importante para a nossa luta foi tomada pelo povo de Moçambique com a criação da FRELIMO. O primeiro objetivo a atingir foi a organização dentro do nosso povo dum movimento efetivo e poderoso capaz de atingir a independência nacional.

Devido às condições de repressão existentes, o nosso movimento dentro de Moçambique é organizado clandestinamente. Os seus ramos exteriores encontram-se em vários países estrangeiros e o centro do movimento foi estabelecido aqui em Dar es Salam.

Os nossos métodos de luta são-nos impostos pelas condições objetivas da nossa situação. A nossa luta recebe o auxílio dos governos independentes da África e de outros movimentos nacionalistas. Nós dependemos principalmente dos outros países Africanos e sabemos que o colonialismo Português no nosso país não se poderá manter baseado apenas nas possibilidades económicas e políticas de Portugal. É por essa razão que os nossos métodos incluem pressões diplomáticas internacionais noutros continentes, sobretudo entre os aliados políticos e militares de Portugal no Ocidente.

Eu quero demonstrar que a posição da FRELIMO é clara e inequívoca no que respeita o auxílio dispensado pelo Ocidente a Portugal no seu propósito de suprimir o povo de Moçambique. A nossa atitude é que o Ocidente se condena e é julgado desfavoravelmente pelo nosso povo. A Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a Alemanha Ocidental e a França são coniventes com Portugal e a nossa pergunta é a seguinte: qual é a posição que adotam em relação à nossa luta? Os votos desses países nas Nações Unidas refletem as bases das suas atitudes. As abstenções, em si, não votos para Portugal e só se podem explicar em razão das armas que esses países fornecem a Portugal e que são utilizadas para a exterminação do nosso povo.

Em relação à nossa luta dentro do território de Moçambique devo repe-

tir o que já disse anteriormente, que o governo Português se esforça por aumentar o seu potencial militar de modo a enfrentar a nossa luta. Quanto a nós uma atitude semelhante significa que Portugal prefere optar pela guerra. De maneira a assumirmos as responsabilidades que nos cabem neste particular, somos obrigados a possuir os meios adequados a uma resposta e temos tomado as decisões adequadas. Após 400 anos de dominação e exploração do nosso povo pelos Portugueses, nós, povo de Moçambique, decidimos seguir o nosso destino e libertar-nos.

UM ESTADO AFRICANO E SOCIALISTA

P — Se nos permite uma última pergunta, poderá informar-nos qual será o sistema político e social que será estabelecido no Moçambique independente?

R — Antes de responder à sua pergunta desejo agradecer o interesse que o movimento estudantil internacional tem pela nossa luta e a solidariedade que os estudantes de todo o mundo expressam à nossa causa. Nós sabemos que o sacrifício dos nossos patriotas para a libertação do nosso país goza do apoio de todos os que amam a paz e a democracia no mundo.

Após a vitória final, o sistema político e social de Moçambique será determinado pela vontade soberana do povo. Contudo, existem desde já algumas considerações básicas, as quais, segundo o ponto de vista da FRELIMO, deveriam guiar o povo na elaboração do sistema político e social do Moçambique independente. No seu aspecto político nós esperamos estabelecer uma sociedade democrática, dentro do qual o destino do país deverá ser moldado de acordo com o desejo coletivo do povo, uma sociedade dentro da qual as instituições políticas e os seus servidores sejam escolhidos livremente pelo povo de Moçambique. No aspecto social e económico nós esperamos eliminar a exploração organizando um estado Africano e socialista. A partir desses dois pontos fundamentais esperamos criar uma sociedade capaz de abolir totalmente a degradação social e cultural de que tem sofrido o povo em quatro séculos de dominação colonial Portuguesa. Criando uma sociedade semelhante, seremos guiados pelo ponto fundamental de que Moçambique partilhe a sua segurança e prosperidade com o resto da África e que através do Pan-Africanismo ajude a realizar a parte que lhe cabe da unidade Pan-Africana.

Voltam os Ataques a ONU

LISBOA (Do Correspondente) — Cumprindo ordens do ditador, os principais jornais de Lisboa e Porto desfecharam em agosto violenta ofensiva contra a ONU, visando sobretudo o secretário geral da Organização, sr. U Thant. Acompanhando esse côro, a diplomacia salazarista mostrou-se também bastante activa não poupano críticas àquilo a que o fascismo chama "a política das Nações Unidas". O motivo central de todo esse ridículo aranzel foi a comparencia do sr. U Thant à conferencia da Organização da Unidade Africana realizada em julho no Cairo. Numa das suas várias diatribes contra aquele alto funcionário internacional, o sr. Franco Nogueira, ocupante do Ministério das Relações Exteriores, manifestou mesmo a profunda amargura que o invade por ter o sr. U Thant assistido aos trabalhos de um conclave onde compareceram como convidados especiais o presidente do PAIGC e o chefe do Governo Revolucionário de Angola no Exílio, respectivamente srs. Amílcar Cabral e Holden Roberto. Não menos disparatadas foram as críticas de outras altas personalidades do fascismo, incluindo a do seu representante na ONU. Todos esses dóceis arautos de Salazar absteram-se, contudo, de confessar abertamente que a ira do seu chefe advém acima de tudo da peremptória afirmação feita no Cairo pelo sr. U Thant, com a sua autoridade de secretário da ONU, de que os dias do colonialismo estão contados.

SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

Inimigo Público N.º 3

Quando o Dr. David Livingstone atravessou as selvas de Moçambique, há aproximadamente um século, encontrou apenas "alguns fortes miseráveis cheios de réus militares com clarins e timbales". Hoje os fortes são tudo menos miseráveis. Grandes, sólidamente construídos bem apetrechados, erigidos de espingardas, são defendidos por milhares de jovens e robustos soldados portugueses que não têm quaisquer ilusões acerca das suas tarefas. "Os africanos são pessoas agradáveis" disse recentemente um soldado. "Mas nós queremos trabalho fácil. Se os africanos nos desafiam neste campo, então temos de suprimi-los".

E o desafio está prestes a ser lançado às fileiras de Moçambique logo após a África do Sul e Angola Portuguesa na lista dos "inimigos públicos" pelo Comité de Libertação da Organização da África Unida. Com a sua metade superior fechada no torno da África negra militante e a nação recentemente independente de Malawi (anteriormente Niassalândia), apontada como uma azagaia ao seu coração, Moçambique está numa posição bastante precária. Com uma área superior à do Texas, esse país tórrido e subequatorial é ocupado por uma população de 163.000 brancos e asiáticos que são ultrapassados em número pelos negros numa proporção de 40 para 1.

No entanto, o ditador português António de Oliveira Salazar, que reside num palácio em Lisboa a 5.000 milhas de distância, insiste em que Moçambique não é uma colónia, mas que forma como Angola, parte integrante do Portugal metropolitano.

Salazar nunca visitou Moçambique — um facto que muitos moçambicanos lamentam profundamente. Mas nas ultimas semanas o seu Presidente fantoche, Contra-Almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás, concluiu uma excursão de duas semanas através do país numa tentativa de provar que Lisboa realmente se interessa por ele.

Do porto de Lourenço Marques no Oceano Indico (onde passou revista a 5.000 soldados e 200 cães de guarda, lobos de Alsácia, Doberman, boxer, e Labrador) às aldeias do vale do Limpopo, o jovial Presidente de 62 anos viu-se envolvido numa verdadeira batalha de confettis e numa intensa giranda de recepções. Mas fora os sinais externos de boas vindas, o presidente Tomás não se arriscou. "Uma bala agora para o Presidente vale 25.000 mais tarde" era o slogan terrorista e por isso Américo Tomás por toda a parte andou acompanhado por uma escolta de 58 policiais armados de metralhadoras. Na última semana, o presidente seguindo ao longo das margens do lago Niassa, cobertas de densos canaviais, contemplando o canhão de 20 mm Oerlikon na proa do seu navio, expressou inteiramente a posição do seu país. "Sinto o maior prazer" — disse Américo Tomás, com orgulho, aos seus ajudantes navais — ao cruzar estas águas portuguesas".

Um ponto importante na viagem do presidente, era o vasto esquema da colónia do Limpopo ao sul de Moçambique que orça em \$ 34.2 milhões em que Portugal espera abrigar 1.000 famílias de emigrantes da metrópole e mais 500 de Moçambique. Cada fazendeiro receberá até 25 acres de terra irrigada, uma casa nova, mobília, e utensílios necessários também uma vaca leiteira, 1 casal de porcos, uma junta de bois, cinco frangas e um galo. O projecto das quatorze aldeias serve dois fins: afasta a pressão do governo na Pátria, em que a miséria e o descontentamento aumentam dia a dia e incita a população branca a lutar contra o dia em os "guerreiros da liberdade" resolverem pôr-se em marcha.

Esse dia ainda vem longe, pois os rebeldes de Moçambique estão agora divididos em correntes opostas. O grupo mais importante — a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) — é encabeçado pelo moderado Dr. Eduardo Mondlane e conta 9.000 membros dentro e fora do país e 500 voluntários treinando nos campos secretos no Tangânica. A maior rival da Frelimo é uma organização chamada Udenamo, que se revoltou porque Mondlane é casado com uma americana branca e assim o seu grupo mais não é do que uma organização espíã dos Estados Unidos que nunca matará portugueses brancos. Em numero inferior abundam gru-

pos rebeldes localizados, mas na sua maioria são confusos e ineficazes. Um dos grupos ousadamente propôs um raid com pirogas de guerra a uma "ilha de escravos", afastada da costa. Mas desistiu por não ter conseguido encontrar a ilha.

No caso dos rebeldes conseguirem organizar-se, Portugal ficará dentro em breve com a espada embotada: a importância de Malawi, que apresenta 700 milhas de fronteiras montanhosas cobertas de densas selvas através das quais os guerrilheiros se podem infiltrar à vontade. A fim de impedir que Malawi se torne quartel dos rebeldes, Portugal está exercendo uma côrte cerrada ao primeiro ministro Dr. H. Kamuzu Banda. No momento, Banda só pode escolher a amizade com Moçambique: os 3.900.000 habitantes agricultores de Malawi estão inteiramente dependentes do caminho de ferro português para conseguir as suas exportações vitais de tabaco e chá para o porto Moçambicano da Beira, a única saída marítima possível. Como o próprio Banda observou: "Necessitamos tanto dos portugueses, como eles precisam de nós. Temos de manter-nos com eles em relações tão amigáveis como os ingleses com os russos". Embora a política de Banda dificilmente permita fazer amigos entre os nacionalistas africanos, pelo menos conservará a economia de Malawi firme durante os meses decisivos da independência inicial.

(In "Time", 18/8/64)

Brasil, Portugal, Africa

Conheci no Marrocos muitos africanos, brancos ou pretos, que lá estavam exilados. Eram homens de Moçambique, de Angola, da Guiné e outros territórios portugueses, que procuravam a nossa Embaixada. Nunca os recebi em ocasiões oficiais, quando estava presente o embaixador de Portugal. Tive com eles, entretanto, repetidos contactos, e os atendi sempre que isso era possível e me parecia correto.

O que sobretudo eles procuravam eram revistas e livros do Brasil; mostravam uma admiração apaixonada pelo nosso País e pela nossa literatura e arte.

Entre eles havia estudantes secundários e superiores que não podiam mais continuar seus estudos. A essa altura já o Governo brasileiro concedera algumas bolsas a jovens africanos que haviam embarcado em Dakar. Sugeri, então, ao Itamarati, várias providências que me pareciam indicadas em relação aos territórios portugueses; insisti principalmente na conveniência de acolhermos o maior número possível de estudantes — talvez através de convites de universidades e não do Governo, para melhor preservar nossas relações com Lisboa. Eu acreditava que era do maior interesse para nós — e inclusive, ao longo dos tempos, do interesse de Portugal — manter e formar em nossa ambiência cultural e afetiva esses moços que mais cedo ou mais tarde seriam os dirigentes de jovens nações livres.

Minha sugestão não levou a nenhuma providência prática; não consegui ajudar um só daqueles jovens a vir para o Brasil. Felicitou-me hoje por isto — com que alívio! Tenho lido notícias, sem desmentido, de que alguns daqueles moços que tinham vindo para nosso País em busca de um ambiente de liberdade e compreensão estão agora na cadeia. E alguns — a tanto chega o zelo salazarista da Revolução — têm sido interrogados, na cadeia brasileira, pela policia política portuguesa! Não sei se a nossa indignação chegará ao ponto de mandá-los de presente a Lisboa — amarrados os pulsos com a mesma corda que serviu para enforcar o Tiradentes.

Não sou homem impressionável e não perco o sono nem o gosto de viver com as torpezas da politica nacional ou internacional. Se nasci neste mundo cane, procuro viver nele o melhor possível. Uma destas noites, porém, depois de ler a noticia de uma dessas prisões de africanos, revii, no entressonho, a face daqueles exilados de Marrocos, seus olhos que me fitavam e me interrogavam com ansiedade e esperança; e uma funda vergonha me pungiu.

(Rubem Braga, in Jornal do Brasil, 28/7/64).

"A VOZ DA LIBERDADE"

— Cinco emissoras em cadeia —

Emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional

As quartas-feiras e sábados:

20,15 — Hora do Brasil

0,15 — Hora de Portugal

Em ondas médias na banda dos 230 e 320 metros

Em ondas curtas nas bandas de 25, 31 e 49 metros

Homenagem a Intelectuais Democratas no Centro Republicano Português

No dia 12 de agosto, o Centro Republicano Português ofereceu na sua sede um cocktail a dois intelectuais democratas que se encontram presente-mente no Brasil a convite da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, no âmbito de uma iniciativa cultural destinada a divulgar o romance português contemporâneo: os escritores João Gaspar Simões e Joel Serrão. Da lista inicial de personalidades convidadas pela entidade patrocinadora a deslocar-se ao Brasil fazia também parte o escritor Oscar Lopes, mas a PIDE, conforme salientamos noutro lugar, opôs-se à sua saída de Portugal.

Conhecedora dos sentimentos democráticos de Gaspar Simões e Joel Serrão, bem expressos em suas obras de crítica e ensaio, não quis a direcção do Centro Republicano perder o ensejo que se lhe oferecia de pôr ambos em contacto com a emigração democrática portuguesa e com algumas das mais expressivas figuras dos meios literários e artísticos de São Paulo. A caracterizar a informalidade do encontro, o presidente do Centro, eng. Ricca Gonçalves, dirigiu uma breve saudação aos homenageados, afirmando que se congratulava, como português, por verificar que, após 38 anos de supressão das liberdades fun-

novo encontro com personalidades dos meios literários e artísticos de São Paulo. A essa recepção íntima estiveram também presentes o presidente e o vice-presidente do Centro Republicano, respectivamente eng. Ricca Gonçalves e capitão João Sarmiento Pimentel e os nossos companheiros de redacção profs. Victor Ramos e Joaquim Barradas de Carvalho e Miguel Urbano Rodrigues, bem como as respectivas esposas.

O VETO AO PROF. OSCAR LOPES

A propósito da proibição da vinda ao Brasil do prof. Oscar Lopes, veto da PIDE, o Centro Republicano Português enviou à imprensa brasileira o seguinte comunicado:

Sob os auspícios da Reitoria da Universidade de S. Paulo, promovida pela Embaixada de Portugal e pela Cadeira de Literatura Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e com o patrocínio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian, realizou-se há dias em S. Paulo e está presentemente em curso noutras cidades brasileiras, uma série de conferências sobre *O Romance Português Contemporâneo*.

deslocar ao Brasil, onde seria relator de uma secção do II Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, organizado entre 24 e 30 de julho de 1961 pela Faculdade de Filosofia de Assis.

Os círculos intelectuais brasileiros preparavam-se para lhe exprimir os agradecimentos da cultura deste país, pois na última reunião do Prémio Internacional de Literatura, realizada em 1963 em Salzburgo, Oscar Lopes defendeu, como membro do júri, a candidatura do escritor brasileiro Guimarães Rosa.

A proibição da deslocação ao Brasil de Oscar Lopes vem confirmar aquilo que os portugueses livres, residentes neste país, tantas vezes têm declarado: o intercâmbio cultural luso-brasileiro não será possível enquanto se mantiver em Portugal um regime que, como no caso presente, leva o policialismo ao cúmulo de opor restrições aos movimentos de personalidades convidadas pelos seus próprios Serviços Culturais a representar o país no estrangeiro.

Pelo Centro Republicano Português:
António Ricca Gonçalves

Novos Corpos Gerente do Centro

Sob a presidência do sr. A. Correia, reuniu-se no dia 7 de agosto, na sede do Centro Republicano Português, a Assembleia Geral daquela agremiação a fim de proceder à eleição dos corpos gerentes para o biénio de 64-65. Damos a seguir o resultado da eleição:

DIRECÇÃO:

Presidente — António Ricca Gonçalves, Vice-Presidente — João Sarmiento Pimentel, 1.º Secretário — Alexandre Pereira, 2.º Secretário — Alfredo Masson, 1.º Tesoureiro — Fernando Ramos, 2.º Tesoureiro — Manuel Rocheta, Bibliotecário — A. Santos, Diretor Social — Armando Pinheiro de Castro, Diretor Cultural — Joaquim Batista, 1.º Vogal — Abílio Rodrigues da Silva, 2.º Vogal — José Rodrigues Portela, 3.º Vogal — Mário da Silva Bodas, 4.º Vogal — Lenine de Jesus Alexandre, Suplentes — Joaquim Figueiredo, José Rosa, Joaquim José, Manuel Soares e Jacinto Rodrigues.

CONSELHO FISCAL:

Presidente — Francisco Sarmiento Pimentel, Vice-Presidente — Manuel Moura, Relator — Joaquim Quiterio, 1.º Suplente — Helder Costa, 2.º Suplente — Maria Irolinda Roque.

ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente — A. Correia, Vice-Presidente — Francisco Lopes, 1.º Secretário — Manuel Rodrigues, 2.º Secretário — António Fonseca.

PORTUGAL DEMOCRATICO formula votos para que os novos corpos gerentes do Centro obtenham o maior êxito na gestão que se inicia, levando a tradicional colectividade a desempenhar o importante papel que lhe cabe no seio da emigração democrática.



Um aspecto do cocktail oferecido no Centro aos escritores portugueses João Gaspar Simões e Joel Serrão. Na foto, da esquerda para a direita os escritores brasileiros: José Paulo Paes, Ibiapaba de Oliveira Martins, Rolando Roque da Silva, Lupe Cotrim Garaude e Domingos Carvalho e Silva.

MOEDA FORTE E VIDA MISERAVEL

A defesa oficiosa do regime encaçado pelo dr. Salazar sempre se apoiou em sofismas. Entre a "democracia" interna comprovada com a realização periódica de "eleições" e a nação *euro-afro-asiática* que seria Portugal no dizer de vários pupilos do doutor em finanças, medeia um rosário de sofismas. Um deles é o que consiste em querer confundir moeda forte e estável com um bom padrão de vida.

O chavão da moeda forte é toda a ciência que possui a maioria dos defensores do regime. Principalmente no Brasil.

Ouve-se a cada passo compatriotas nossos, com o semblante iluminado, afirmarem que "Salazar estabilizou o escudo" — que a *nossa moeda vale!* Vale, sem dúvida, para quem tem acesso a ela, o que não acontece com o trabalhador português, seja o seu trabalho manual ou intelectual, seja qual for a sua profissão.

Poucos indagam, com efeito, se essa moeda forte chega à mão do trabalhador na proporção justa do valor do seu trabalho ou numa proporção razoável em relação ao custo dos bens que tem de adquirir para desfrutar, ele e a família, de uma vida condigna com a condição humana.

O fenómeno da inflação monetária que há alguns anos se verifica no Brasil é, entre nós, o exemplo mais explorado para estabelecer comparações lisongeiras para o regime que oprime — cabe aqui dizer, também economicamente, pois por opressão muitos tomam apenas o aspecto policial do regime — o povo português.

Uma comparação, feita com isenção, como é a que apresentamos no quadro adiante, mostra quanto é pior a situação do assalariado em Portugal comparada com a do brasileiro. Tanto no Brasil quanto em Portugal há diferenças regionais no nível dos salários e dos preços, mas nas correlações entre as zonas atrasadas e as desenvolvidas, entre as zonas agrícolas e as industriais, não pode haver, de um país para o outro, grandes disparidades. Por isso escolhemos para comparação dados tomados na capital portuguesa e na cidade de S. Paulo. Os resultados são bem eloquentes e dispensam comentários. Queremos, no entanto, salientar que um trabalhador português com a categoria de operário não-especializado ou de pedreiro, ou ainda de carpinteiro, gasta na aquisição de 1 quilo de carne todo o seu salário equivalente a um dia de trabalho, enquanto um seu colega brasileiro terá de dispender, para fazer compra igual, apenas o produto de 2 a 3 horas de trabalho. Isto quer dizer que, de forma geral, o trabalhador português não pode consumir carne. Não chega a ser um luxo para ele. É simplesmente coisa proibida. Um operário brasileiro pode estrear um fato novo de qualidade média uma vez por outra. Terá de economizar o equivalente a 13 dias de trabalho; enquanto o seu colega português não pode porque teria, para isso, de deixar a família sem pão um mês inteiro. Tal compra levaria toda a paga do seu trabalho durante 25 dias, praticamente todo o salário de um mês, visto que não ganha nos dias de descanso oficial.



O presidente do Centro, eng. Ricca Gonçalves, (à direita) com Gaspar Simões, Joel Serrão, Victor Ramos e João Sarmiento Pimentel.

damentais e de perseguição à "inteligentia", ainda havia um romance português. Esse simples facto honrava os escritores portugueses, tornando-os credores do respeito geral. Após um brinde do sr. Alexandre Pereira também da direcção do Centro, em nome dos democratas exilados, usou da palavra o escritor e crítico literário Antonio d'Elia que saudou em Gaspar Simões e Joel Serrão dois representantes autênticos da cultura portuguesa, e disse da satisfação dos intelectuais paulistas pela oportunidade que se lhes oferecia de dialogarem com seus colegas e amigos portugueses. Por último, João Gaspar Simões agradeceu, deixando bem vincado que um escritor, mesmo sem ser um militante político, pode servir com dignidade a literatura e o homem.

Durante a reunião, o escritor Ibiapaba de Oliveira Martins, diretor da União Brasileira de Escritores dirigiu convite a Joel Serrão, Gaspar Simões e sua mulher, a escritora Isabel da Nobrega, para visitarem aquela agremiação.

Estiveram no Centro, entre outros intelectuais paulistas, as escritoras Lygia Fagundes Telles, Lupe Cotrim Garaude, Helena Silveira, os escritores Paulo Duarte, Ibiapaba de Oliveira Martins, Antonio d'Elia, Domingos Carvalho e Silva, Rolando Roque da Silva, Jamil Almansur Haddad, Sabato Magaldi, maestro Diogo Pacheco, etc. Dos democratas portugueses de São Paulo, compareceram entre outros as escritoras Maria Archer e Margarida Barradas de Carvalho, Joaquim Lopes Mendes, C. Pinto, Carlos Assumpção Neves, Francisco Sarmiento Pimentel, Manuela Gouveia Antunes, Eulália Nunes da Silva, Fleurette T. Rodrigues, Helder Costa. "Portugal Democrático" esteve representado pelos nossos companheiros profs. Victor Ramos e Joaquim Barradas de Carvalho e Miguel Urbano Rodrigues. Da direcção do Centro estiveram presentes os srs. eng. Ricca Gonçalves, João Sarmiento Pimentel, Alexandre Pereira, Alfredo Masson, Fernando Ramos, Manuel Rocheta, Armando Castro, Joaquim Duarte Baptista, Abílio Rodrigues da Silva, Mário da Silva Bodas e Lenine Alexandre.

No dia seguinte, a escritora Lygia Fagundes Telles ofereceu em sua residência um cocktail a Gaspar Simões e Joel Serrão para lhes proporcionar

Iniciativa das mais felizes para levar ao conhecimento do público brasileiro a existência de uma literatura que se tem mantido viva através de todas as vicissitudes, esta série de conferências teve, contudo, o seu brilho empanado devido às restrições que foram impostas pela Polícia Política portuguesa.

Com efeito, depois de alguns dias de incerteza, em que esteve periclitante o próprio destino de toda a iniciativa, a PIDE liberou os passaportes de 3 dos conferencistas anunciados mas proibiu a saída de outro — o Professor Oscar Lopes.

Um dos mais brilhantes conferencistas da série, co-autor da bem conhecida *História da Literatura Portuguesa*, crítico literário regular do jornal *O Comércio do Porto*, Professor efectivo do Liceu D. Manuel II, Oscar Lopes já três anos atrás fôra impedido pela mesma Polícia de se

| Bens de consumo e serviços | Preços médios (Março/1964) | | Pedreiro/Carpinteiro | | Operário industrial não-qualificado | | Professor primário | | |
|----------------------------|----------------------------|-----------|----------------------|--------------|-------------------------------------|--------------|--------------------|-----------------|------------|
| | Brasil | Portugal | S. Paulo | Lisboa | S. Paulo | Lisboa | S. Paulo | Lisboa | |
| | Cr\$ | Escudos | 68.000,00 p/mês | 40\$00 p/dia | 51.000,00 p/mês | 40\$00 p/dia | 90.000,00 p/mês | 2.500\$00 p/mês | |
| | | | | (a) | | (a) | (b) | (b) | |
| Pão | 1 quilo | 160,00 | 6\$20 | 29' | 1h 14' | 38' | 1h 14' | 16' | 23' |
| Leite | 1 litro | 90,00 | 3\$60 | 16' | 43' | 22' | 43' | 9' | 13' |
| Carne | 1 quilo | 700,00 | 40\$00 | 2h 6' | 1d — | 2h 48' | 1d — | 1h 11' | 2h 27' |
| Manteiga | 1 quilo | 1.400,00 | 40\$00 | 4h 12' | 1d — | 5h 36' | 1d — | 2h 23' | 2h 27' |
| Ovos | 1 dúzia | 300,00 | 10\$00 | 54' | 2h — | 1h 12' | 2h — | 31' | 37' |
| Arroz | 1 quilo | 320,00 | 7\$00 | 58' | 1h 24' | 1h 17' | 1h 24' | 33' | 26' |
| Laranjas | 1 dúzia | 300,00 | 6\$00 | 54' | 1h 12' | 1h 12' | 1h 12' | 31' | 22' |
| Sapatos | 1 par | 5.000,00 | 200\$00 | 1d 7h — | 5d — | 2d 4h — | 5d — | 1d 2h 30' | 2h — 14' |
| Terno | 1 | 35.000,00 | 1.000\$00 | 13d 1h — | 25d — | 17d 4h — | 25d — | 9d 5h 30' | 10d 1h 10' |
| Transporte urbano | | 35,00 | 1\$50 | 6' | 18' | 8' | 18' | 4' | 6' |
| Consulta médica | | 3.000,00 | 100\$00 | 1d 1h — | 2d 4h — | 2d 4h — | 2d 4h — | 5h 6' | 1d — 7' |
| Cigarros | 1 pacote | 150,00 | 6\$00 | 27' | 1h 12' | 36' | 1h 12' | 15' | 22' |
| Gasolina | 1 litro | 48,10 | 5\$30 | 9' | 1h 4' | 12' | 1h 5' | 5' | 19' |

OBS.: (a) Não ganha nos dias de descanso. (b) — Com base no período de 6 horas diárias. O quadro mostra os tempos de trabalho necessários para ganhar em salário o equivalente aos preços unitários dos artigos mencionados.

Pela amnistia e contra a repressão

Patriotas

Presos

Em comunicado enviado à imprensa portuguesa, a PIDE anunciou nos primeiros dias de agosto que realizara no Porto a prisão de vários patriotas, acusando-os, como habitualmente, de "actividades subversivas". Da lista tornada publica constam os seguintes nomes: Carlos Alberto de Sá Faria, Mario Antonio Pedroso da Mota, Edmundo Henrique Amorim de Carvalho, José Manuel da Costa Dias e Manuel dos Santos Rocha. No processo enviado a tribunal foi incluído também o nome do conhecido medico Manuel Teixeira Ruela.

Democrata

Condenado

Sob a presidência do "carrasco" Almeida Moura, o Tribunal Pleno de Lisboa condenou em 14 meses de prisão correcional e na suspensão de direitos políticos por cinco anos os economistas drs. Sergio José Ferreira Ribeiro, de 27 anos, de Lisboa, e Herbert de Castro Goulart da Silva, de 29 anos, do Faial. Aos réus, acusados de terem praticado atos contra a "segurança do Estado" é imputado o crime de haverem elaborado trabalhos sobre economia de natureza "subversiva". A defesa esteve a cargo dos drs. Acacio Gouveia e Duarte Vidal.

De outro lado, segundo informa a agencia Reuters, em telegrama de Lourenço Marques, um tribunal militar condenou, no dia 17 de agosto, a três anos de prisão, naquela capital, Adelino da Silva Simões pelas suas actividades nacionalistas e por "ter feito falsas declarações, contrárias ao bom nome de Portugal".

Solidariedade

aos Presos

de Peniche

Prossegue em numerosos países, estendendo-se a novas camadas da população, a campanha de solidariedade aos 12 patriotas transferidos da fortaleza de Peniche para o presidio de Caxias, após os acontecimentos verificados no primeiro daqueles estabelecimentos da PIDE e que levaram os presos a revoltarem-se contra o regime desumano a que estavam submetidos. Entidades sindicais, estudantes e culturais, principalmente da Inglaterra, da França, da Italia e dos países socialistas têm enviado cartas e telegramas de protesto ao ministro do Interior e ao esbirro Manuel da Encarnação Falcão, diretor da fortaleza de Peniche. Urge, entretanto, que novas mensagens de solidariedade cheguem a essas e outras vítimas do terror policial fascista. Cabe, a proposito, recordar os nomes dos 12 heróicos patriotas que estão na origem da grande campanha gerada em torno do dramático episódio de Peniche: JOAQUIM PIRES JORGE, FERNANDO BLANQUI TEIXEIRA, OCTAVIO RODRIGUES PATO, AMERICO DE SOUSA, GUILHERME DA COSTA CARVALHO, CARLOS COSTA, CARLOS ABOIM INGLÉS, JOSÉ MAGRO, ORLANDO LINDIM RAMOS, JULIO MARTINS, ALBERTO VILAÇA e JOÃO HONRADO.

Libertemos

Maria da Piedade Santos

Aproxima-se a data em que o Tribunal Pleno do Porto apreciará o criminoso pedido da PIDE para que a "medida de segurança" que atinge Maria da Piedade Gomes dos Santos seja prorrogada por mais três anos. As esperanças que a PIDE alimentava de que o novo crime em preparação passasse despercebido desvaneceram-se em face da imensa repercussão alcançada pela campanha internacional de solidariedade daquela patriota, cujo nome surge neste momento como um símbolo do heroísmo das mulheres portuguesas na sua luta contra o fascismo. Poucas vezes, um caso individual terá comovido tão profundamente a opinião pública de tantos países. Não há exagero na afirmação de que o longo martirio de Maria da Piedade Gomes dos Santos se tornou hoje conhecido de dezenas de milhões

de pessoas espalhadas por todos os continentes. Não há, por assim dizer, país onde a indignação causada pelo conhecimento das violências e infâmias a que tem sido submetida essa vítima do fascismo português não se tenha traduzido numa corrente de apelos e protestos endereçados as autoridades de Lisboa e aos juizes que vão dizer a ultima palavra no processo em curso. De outro lado, os nucleos portugueses espalhados pelo mundo continuam a desenvolver proficua actividade no sentido da divulgação do caso. Entre as muitas iniciativas tomadas a respeito, foi particularmente considerável a repercussão das plaquettes editadas em Paris, pela Comissão Francesa da Amnistia, e em São Paulo, pela Unidade Democrática Portuguesa. O Serviço de Informação da União das Mulheres Portuguesas do Uruguai acaba, por outro lado, de distribuir um prospecto exortando a opinião publica daquele país e do mundo a não faltar com a sua solidariedade a Maria da Piedade Gomes dos Santos. O documento, assinado por Maria Luísa da Silva Neves e Julia Bastos, recorda as vitórias obtidas com a Libertação de Manuel Rodrigues da Silva, de Maria Luísa da Costa Dias e de Ivone Lourenço, na sequencia de insistentes campanhas internacionais, e lembra a necessidade de fazer agora todos os esforços para que seja restituída a liberdade Maria da Piedade Gomes dos Santos.

Lembramos uma vez mais aos leitores que toda a correspondencia a respeito — apelos, cartas, abaixo-assinados, telegramas — deve ser dirigida aos juizes Cunha Ferreira, presidente do Tribunal Pleno do Porto, Largo de São João Novo, Porto, e Azevedo Soares, Rua de Cedofeita, Porto.

MANIFESTAM-SE LIDERES SINDICAIS LATINO AMERICANOS

Em Montevideo, por ocasião do Congresso da Unidade Sindical Latinoamericana, foi aprovada a seguinte moção:

"Os abaixo assinados, dirigentes sindicais da America Latina, em representação de 25 milhões de trabalhadores, manifestam o seu apoio à mobilização da solidariedade internacional, organizada pela União das Mulheres Portuguesas do Uruguai em favor da liberdade imediata de Maria da Piedade Gomes dos Santos, Matilde Cerejeira e Maria Emilia Serra — Enrique Piñeyro, (Organização Internacional dos Jornalistas), Juan Diaz (Associação de Imprensa), J. Padilla (Federação Sindical Mundial), Joaquim Garcia (Associação Internacional de Telecomunicações), A. Gomez (Confederação Bancária Latinoamericana), Sonia Bialhou (Congresso Americano de Mulheres), José Miguel Zarate (representante sindical da Argentina), Roberto Morena (representante sindical do Brasil), Oscar Nuñez (Central de Trabalhadores do Chile), Pastor Perez (Central de Trabalhadores da Colombia), G. Villalba (Central de Trabalhadores do Equador), Rafael Lorenzo (representante sindical da Bolivia), Onofre Guevara Lopez (Central de Trabalhadores da Nicaragua), Sergio Otero (Central de Trabalhadores do Panamá), Rafael Barret (representante sindical do Paraguai), e os representantes sindicais do Uruguai e das seguintes entidades: "Mulher Trabalha-

dora", "Central de Trabalhadores do Uruguai", "Classes Passivas", "Movimento Israelita", "Aute, Cooperativas", "Suapn", "Sindicato Medico do Uruguai", "Ancap", "Federação Nacional de Telecomunicações", "FOL", "FUECI", "SNGU", "CDSG", "Congresso Operario Textil", "Associação de Bancários do Uruguai", etc.

Vitórias da Organização

As recentes greves dos pescadores algarvios e dos assalariados agricolas de Alpiarça vieram uma vez mais demonstrar que a unidade, a organização e o espirito de luta são as grandes armas de que os trabalhadores portugueses dispõem não só para impor as suas reivindicações como para pôr em xeque o aparelho repressivo do fascismo. Em ambos os casos, a firmeza e a coesão dos grevistas contribuíram decisivamente para o triunfo alcançado, forçando a PIDE e os seus comparsas da GNR a recuar depois das violências iniciais. O caso de Alpiarça é particularmente significativo, por se tratar de uma região cujos trabalhadores vêm participando sistematicamente de todas as lutas de massa verificadas em Portugal nos últimos anos. Desta vez, diante da paralização geral do trabalho na jornada do 1.º de Maio, a Guarda Nacional Republicana, na certeza antecipada de que jamais amedrontaria o povo alpiarçense, limitou-se a demonstrações de fachada, não conseguindo sequer impedir o encerramento de numerosos estabelecimentos comerciais que fecharam as suas portas solidarizando-se desse modo com os assalariados agricolas. Da mesma forma, a GNR mostrou-se impotente para evitar que o povo de Alpiarça prestasse uma derradeira e comovida homenagem à patriota Maria Albertina, falecida recentemente na clandestinidade. Milhares de trabalhadores compareceram ao funeral, transformando o mesmo numa grande manifestação de apreço popular pela memória daquela combatente da liberdade e da democracia.

Leia

- "Missão em Portugal" de Alvaro Lins
- "Brasil Fronteira de África", de Maria Archer
- "Ibéria, Anistia, Revolução" de Jonas Negalha
- "Salazar Visto do Brasil"
- "Angola Através dos Textos"
- "Os Últimos Dias do Fascismo Português", de Maria Archer
- "Quando os Lobos Julgam", (a defesa de Aquilino Ribeiro)
- "Tufão Sobre Portugal", Gen. berto Delgado
- "Guerra em Angola" Mario Moutinho de Pádua
- "A Resistência em Portugal", crónicas de Dias Coelho, patriota assassinado pela Pide.

PEDIDOS À NOSSA REDAÇÃO



Aspecto de uma reunião realizada em Montevideo, entre dirigentes da União das Mulheres Portuguesas do Uruguai e da Juventude de Portugal em Sud America, com o objectivo de programar a campanha pro-libertação de Maria da Piedade Gomes dos Santos.



Por iniciativa da União das Mulheres Portuguesas do Uruguai, faixas exigindo a amnistia para os presos políticos de Portugal surgiram nas ruas de Montevideo por ocasião do Congresso da Unidade Sindical Latinoamericana.

Carta a Maria da Piedade G. Santos

Companheira:

Admiro-a sem a conhecer. Como tantos portugueses, como milhões de homens em dezenas de nações. Sou um, entre muitos, dos que vêm lutando pela sua liberdade. Mentiria, entretanto, se lhe dissesse que o seu nome me é familiar há muito tempo. E, contudo, companheira, antes, bem antes de saber como v. se chamava, antes de haver retido na memória o seu nome, já eu tinha noticia do seu longo martirio de patriota. Recordo-me perfeitamente da funda emoção que senti faz três anos, ao ouvir ler uma carta endereçada por uma presa politica portuguesa às mulheres de todo o mundo. Não era um protesto; tampouco um apelo: apenas um relato sereno, um desabafo dorido e cheio de dignidade. Era sua essa carta, Maria da Piedade. Lemo-la mais tarde em São Paulo, durante um acto publico em prol da Amnistia aos Presos Políticos Portugueses. Foi o documento mais aplaudido da noite, talvez porque era de todos o que maior porção de humanidade continha.

Semanas atrás, ao iniciarmos aqui a campanha pela sua libertação recontrei-me com essa carta, ligando-a então ao seu martirio de mulher e patriota. "Porque muito amava meu marido e compreendi quanto era justa e humana a causa que se propunha defender..." Assim começa v., companheira, essa mensagem do cárcere que correu o mundo, comovendo-o. E hoje, como então, de longe, em todos os quadrantes do planeta, nós, homens livres, continuamos a imaginá-la através das suas palavras de esperança, com a mesma coragem, com a mesma "alegria nascida na confiança, na certeza de dias radiosos para o povo português".

Mais do que um tema e um exemplo, v., Maria da Piedade, é para nós, exilados, um símbolo. Diria mesmo que um pedaço da consciência. O simples facto de sabermos que existe, que não é um mito, que algures, na sinistra fortaleza de Caxias, continua sofrendo, privada de liberdade e de calor humano, doente mas sem nada perder da sua altivez e da sua combatividade — todas essas imagens vagas de uma dor cuja medida nos escapa (uma dor que encerra a esperança de alegrias no amanhã) são o bastante para acordar em nós uma ponta de má consciência. Pelo que me diz respeito, nada há que me dê tão claramente a noção da insuficiência da minha participação da luta anti-fascista como o esforço de consciencialização do processo intimo dos patriotas encarcerados. Ante o heroísmo com que vocês encaram um quotidiano sombrio, diante da grandeza com que assumem as misérias dos vossos corpos debilitados, em face da dignidade com que enfrentam os esbirros da PIDE, não poucas vezes me invade algo de parecido a um sentimento de culpa. A propria tranquilidade em que transcorre a nossa existencia, por mais que nos entreguemos às tarefas da luta anti-fascista, funciona como um agulhão a lembrarmos que algures, nos presidios infames de Salazar, há companheiros para quem os maus tratos, a tortura, a doença constituem a perspectiva do dia a dia. Não ignoro, Maria da Piedade, que uma coisa é imaginar uma conduta heroica e outra, muito diferente, assumi-la, com todas as implicações inerentes a situações como as que vocês suportam. Tento, contudo, situá-la nesse cenário de horrores, procuro inverter os papeis e colocá-la no seu lugar. Mas logo desisto. Aquilo que nos aproxima, e muito é, não basta para preencher o fôssão criado pela riqueza das experiências exis-

tenciais do próprio cativo. Poderiamos inclusive recorrer às mesmas palavras para exprimir ideias idênticas ou afins. Mas elas ecoariam dentro de nós de modo diferente, traduziriam percepções da realidade diferentes, sentimentos e emoções diferentes. A ressonância do mundo imaginado em si mais ampla, profunda, dramática. Muita coisa que para mim surge sob a forma de abstrações entra para si, sem duvida, no dominio do familiar, do concreto. Mas a inversa também é verdadeira. Um sem numero de situações, de objectos, de experiências, de panoramas de que nenhuma barreira me separa permanecem para si inatingíveis a não ser através da imaginação. Aflige-me pensar que o espectáculo da natureza: o azul do firmamento, um prado florido, o voo de uma ave, os meandros de um rio, todas essas coisas que para nós se transformam em hábito teriam para si, que delas se encontra privada, tanta, mas tanta, importância. Sem falar já da liberdade de movimentos, do exaltante convívio humano, da disponibilidade para toda a especie de lutas em defesa da fraternidade, do progresso e da paz entre os homens.

A verdade, companheira, é que nós não perdemos apenas a noção da beleza infinita da existencia, perdemos também o senso de medida quando, não raro, emprestamos aos nossos pequenos problemas individuais as dimensões de um sofrimento ou de uma angustia que só existe em nossa imaginação. E nesses momentos, Maria da Piedade, que pessoas como v. se transformam, com uma força extraordinária, em nossa propria consciencia. O sabê-la presa — e em si simbolizo agora todas as vítimas da repressão fascista — é para mim, nos instantes breves em que esqueço a felicidade de ser plenamente livre, uma imediata chamada à razão. A sua coragem vale por uma proibição de sermos egoistas, a grandeza do seu sacrificio por um incitamento permanente à acção. Materialista, vejo na morte o fim da vida, que ganha assim a meus olhos um valor inapreciável. Maior é, portanto, a admiração que me merecem aqueles que vivem há anos atrás de grades, por não terem aceito o preço que lhes exigiam para os deixarem fruir da liberdade, bem relativa, ai de nós, que se pode gozar em Portugal.

Aproximam-se, como antevê, dias grandes para o povo português. Quando os operarios, os camponeses, os soldados, os estudantes e os intelectuais progressistas se levantarem em insurreição irresistível e esmagarem a canalha fascista cujos pretorianos a vigiam, poucos patriotas poderão olhar para o passado com tanto orgulho. V. acompanhou o seu marido nos caminhos da clandestinidade, numa hora em que mais do que nunca ele precisou da sua pessoa. Sabia o risco que corria. Mas não hesitou. E estou certo, companheira, que essa lucida opção não foi inutil. Como o não foi a coragem indomita com que suportou o longo cativo que assim o esperam milhões de portuguesas, findará dentro de breves dias. Aos olhos do mundo, v. transformou-se, Maria da Piedade, num simbolo da combatividade, do patriotismo, da dignidade e da infinita dimensão para amar da Mulher Portuguesa. E para nós, exilados portugueses que nos quatro cantos da terra lutamos como podemos contra o fascismo salazarista, v. é, companheira, além de uma bandeira de combate, um pedaço da nossa propria consciencia.

Saudações fraternais.
Miguel Urbano Rodrigues

COLONIALISMO E ANTI-COLONIALISMO

Angola

Durante as ultimas semanas de julho e todo o mês de agosto, o exercito português de ocupação esteve envolvido permanentemente em numerosas ações militares contra os patriotas angolanos ao longo da fronteira norte, em várias regiões da chamada provincia do Congo e a sul e sudeste de Luanda, na nova frente do Quanza. Proximo de Quitexe, as comunicações das forças colonialistas foram várias vezes cortadas, tendo-se os guerrilheiros do ELNA apoderado de importantes quantidades de material de guerra e abastecimentos. Um acampamento militar na zona de Tomboco foi atacado por um comando nacionalista que infligiu várias baixas às forças portuguesas. Nas proximidades do rio Vampa e nas serras de Uige e Massarelo registram-se igualmente choques de certa importancia. Essa multiplicidade de ações dos patriotas angolanos — reconhecida pelo proprio estado-maior do exercito colonialista português — demonstra a evidencia a falsidade da "pacificação", e confirma a existencia de um estado de guerra permanente em Angola. O grande esforço de propaganda tentado em agosto pelo fascismo português, visando persuadir a opinião mundial de que as forças do GRAE instaladas em Kinkugu, no Gongo estariam na iminencia de se desintegrar é assim diariamente desmentido pela intensificação dos combates em que essas mesmas forças dão provas de alto grau de disciplina, valor e eficiencia militar.

IMPORTANTE AÇÃO DO MPLA

A situação no enclave de Cabinda piorou sensivelmente para as autoridades colonialistas. O Movimento Popular de Libertação de Angola, cujos principais dirigentes estão instalados em Brazaville, vem concentrando os seus esforços, no que se refere a ações militares, nessa pequena região, cuja importancia estratégica é fundamental para o desenvolvimento das operações em todo o nordeste angolano. Os poucos colonos europeus que viviam no interior estão abandonando as suas fazendas, descrentes de que a tropa volte a dominar a situação. Segundo um comunicado divulgado em Brazaville no dia 13 de agosto, o MPLA anuncia que elementos seus, durante uma emboscada, próximo a Cabinda, mataram 27 soldados e dois oficiais portugueses, apoderando-se ainda de quatro viaturas militares.

UNIDADE SINDICAL

O Comité de Unidade de Ação e de Coordenação Sindical de Angola tornou publico que a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA) e a Confederação de Sindicatos Livres de Angola (CSLA) estabeleceram acordo para unirem os seus esforços e coordenarem a actividade sindical em torno do seguinte programa:

- 1 — Liberdade sindical e direitos da pessoa humana;
- 2 — União de todos os trabalhadores filiados às diferentes centrais sindicais de Angola;
- 3 — Apoio à luta armada;
- 4 — Unidade de ação de todas as forças nacionais angolanas;
- 5 — Ajuda social aos refugiados;
- 6 — Representação da classe operaria angolana nas instancias nacionais e internacionais;
- 7 — Solidariedade a todos os trabalhadores do mundo.

A UNTA e a CSLA decidiram constituir o Comité de Unidade de Ação e de Coordenação Sindical de Angola (CUACSA), elegendo para presidente Pascal Luvalu e para vice-presidente Gracia Kiala.

Guiné

Os acontecimentos, como se esperava, não tardaram a desmentir as bravatas do "pacificador" Schultz. O novo governador geral não conseguiu, com efeito, modificar em qualquer dos seus aspectos a desastrosa situação herdada do seu antecessor. As raras operações offensivas lançadas pelas tropas portuguesas falharam lamentavelmente. De outro lado, o

abastecimento das guarnições colonialistas isoladas continua a fazer-se com grandes dificuldades e pelo preço de muitas vidas. Farim permanecia em fins de agosto praticamente cercada, não obstante os esforços feitos pelo estado maior de Bissau para quebrar o assedio dos elementos do PAIGC. Um comunicado deste faz referencia a várias ações em que as tropas colonialistas teriam sofrido pesadas baixas e anuncia que os comandos nacionalistas abateram um avião e um helicoptero da Força Aérea Portuguesa.

Moçambique

A ruidosa orquestração publicitária do fascismo português feita em torno da viagem a Moçambique do presidente fantoche, sr. Americo Tomás, não conseguiu iludir nem a opinião pública internacional nem o povo português. Quanto à primeira, poucos foram os países que tomaram conhecimento, através dos relatos da imprensa, da "visita de soberania" do chefe nominal do Estado. Verdaderamente só os jornais espanhóis lhe deram relevo, pois, apesar da colaboração da United Press, a grande imprensa norte-americana dedicou poucas linhas à excursão do sr. Tomás. Isso, contudo, não impediu a propaganda fascista de se referir largamente à aceitação que teriam encontrado no E. U. A. os artigos do enviado especial daquela agência, sem mencionar que só jornais provincianos de quinta categoria se decidiram a publicá-los.

Em Portugal, como era inevitável, o povo não levou a serio as reportagens encomendadas sobre a "viagem triunfal". Da leitura dos proprios relatos inseridos nos jornais de Moçambique chega-se à conclusão de que as populações africanas não se deixaram facilmente arrebatar para as concentrações programadas pelo Governo Geral. É significativo que todos os jornais salientem que a recepção da Beira foi aquela a que compareceu maior massa popular. Sendo a população dessa cidade menos de um quinto da capital, a conclusão a tirar é a de que a acolhida de Lourenço Marques foi um malogro completo. No seu afã de impressionar o mundo com as imagens da recepção, não cuidaram também as autoridades fascistas de um pormenor importante: variar os documentos. Tudo foi oficial e premeditado na visita, a principiar pela reportagem fotografica da mesma. Não é de estranhar assim que todos os jornais de Lourenço Marques e da Beira publiquem as mesmas fotos, numa repetição enfadonha. E quanto ao credito que se pode dar aos numeros trazidos a lume pela propaganda, podemos avaliar pelo telegrama da agencia ANI sobre a visita a Nampula. Relata o texto que a população desse imenso município é de 100.000 habitantes. Mas logo adiante, esquecido o redactor dos numeros fornecidos, esclarece que no aeroporto (longe da cidade) a esperar o sr. Tomás, só mulheres havia para cima de 30.000, e todas envogando trajes tipicos...

PASTORAL DO CLERO MOÇAMBICANO

Confirmando a impressão de que a hierarquia do clero moçambicano está longe de participar da tomada de consciencia que importantes setores do clero de Portugal vêm evidenciando desde a já famosa carta do bispo do Porto, D. Antonio Ferreira Gomes, os bispos de Moçambique, acabam de dar a publico uma pastoral que é um documento lamentável. Pela propria raridade desse tipo de diálogo com aqueles a quem se dirigem, seria de esperar que nessa carta pastoral o arcebispo de Lourenço Marques e os bispos de Nampula, Beira, Quelimane, Porto Amelia e Inhambane, ao reunirem-se em conferencia extraordinária, tomassem posição em face de alguns dos problemas fundamentais que neste momento afetam a vida de seis milhões de moçambicanos. Nada disso, porém, aconteceu. Não há, no documento, uma referencia por leve que seja, às questões suscitadas pelo dominio colonialista e pela feroz repressão que se abate sobre os homens que lutam pela independencia de Moçambique, muitos deles católicos. De principio a fim, a pastoral ocupa-se dos perigos que advêm

da corrupção de costumes que, segundo os signatários, grassa em Moçambique. Insurgem-se os bispos moçambicanos particularmente contra os perigos do strip tease, mas, apesar de salientarem que a sua missão em Africa exige que sejam o sal da terra e a luz do mundo (sic) não têm uma palavra para condenar os crimes que diariamente o fascismo colonialista comete contra o povo de Moçambique.

A CRISE FINANCEIRA EM MOÇAMBIQUE

É tão precária a situação financeira da administração publica em Moçambique que, a esta altura do ano, estão ainda em atraso todos os vencimentos dos professores eventuais do ensino secundário relativos ao ano corrente. Recordam-se que praticamente todos os engenheiros e arquitetos daquela colônia se viram forçados, por falta de trabalho nas suas especialidades ocupar vagas no ensino, a fim de encontrarem um meio de subsistencia.

Actualmente, as autoridades fazendárias estão procurando adiar por mais algum tempo o problema, aceitando aos lesados com a possibilidade de desviar recursos de outras verbas do orçamento da colônia.

Comemorações do 5 de Outubro

Como em anos anteriores, o Centro Republicano Português organizará em S. Paulo as comemorações de aniversário da implantação da República em Portugal, em 5 de Outubro de 1910. Do programa do 54.º aniversário faz parte a realização de uma Conferencia na sede do Centro, rua Conselheiro Furtado, 191, no dia 2 de Outubro, às 20,00 horas, pelo Prof. Dr. Joaquim Barradas de Carvalho.

No dia 5 de Outubro, às 20,00 horas, realizar-se-á um jantar de confraternização em local a anunciar oportunamente. Inscrições e outras informaçoes no Centro Republicano Português.

Ultima Hora

Pacto Militar entre a Rodésia e Salazar

LONDRES (Do Correspondente) — Segundo informa em sua edição de 25 de agosto, o jornal "Daily Mail", o primeiro-ministro da Rodésia do Sul, Ian Smith, acaba de assinar um pacto secreto com o governo português, nos termos do qual Lisboa "reconhecerá imediatamente a independencia da Rodésia do Sul se ela for proclamada unilateralmente". O acordo, que seria ratificado em setembro na capital portuguesa, durante a próxima visita que Ian Smith fará a Salazar, incluiria cláusulas pelas quais o governo fascista de Portugal se compromete a prestar ajuda economica à Rodésia, tão logo a sua independencia seja proclamada e, bem assim, todo o auxilio militar que eventualmente se torne necessário.

Salienta o "Daily Mail" — um dos órgãos mais conservadores da imprensa britânica — que a aliança recém celebrada por Salazar ao successor de sir Roy Wlensky veio influenciar decisivamente os seus planos golpistas. Para aquele jornal, não resta duvida de que Ian Smith está dando os ultimos retoques no plano concebido para levar a minoria branca da Rodésia do Sul a apoderar-se pela força do poder nas primeiras semanas de outubro, colocando a Inglaterra perante uma alternativa: intervir militarmente ou aceitar o facto consumado. Segundo o articulista, não poderá, contudo, o governo britânico alegar surpresa, pois o secretário das Relações com a "Commonwealth, Duncan Sandys, está

PRONUNCIAMENTO DE JURISTAS DEMOCRÁTICOS

O VIII Congresso da Associação Internacional dos Juristas Democráticos, que se realizou recentemente em Budapeste, com a participação de 400 juristas de 67 países, incluiu no texto da sua resolução geral uma alinea condenando a repressão antidemocratica em Portugal e outra apoiando a luta pela independencia dos povos de Angola, Guiné e Moçambique. O problema da repressão em Portugal, bem como outros decorrentes da guerra colonial a que se entrega o fascismo português, foram alem disso largamente debatidos nas sessões plenárias de várias comissões, tendo sido aprovadas nada menos de quatro resoluções, referentes a Portugal, Angola, Guiné e Cabo Verde.

A resolução sobre Portugal é do seguinte teor:

"O Congresso:

1 — Denuncia os atentados aos direitos do homem que representam em Portugal a extensão ao dominio politico das "medidas de segurança e da pratica da tortura;

2 — Pede a revogação de todas as disposições que permitem essa extensão, nomeadamente a dos decretos leis de 9 de agosto de 1949 e de 12 de março de 1956, que preveem a prisão sem limite de duração, sob simples "proposta" da policia politica e na ausencia de qualquer delito, das pessoas consideradas como entregando-se a "actividades subversivas";

3 — Chama os democratas de todos os países, e em primeiro lugar os juristas:

— a intervirem junto do governo português para obter a revogação desses textos;

— a protestarem contra a pratica da tortura;

— a pedirem uma amnistia imediata e completa para todos os presos e exilados politicos portugueses.

Na resolução sobre Angola, o Congresso "condena o colonialismo português como um crime e uma agressão permanente contra o povo angolano; condena o crime de genocidio perpetrado contra as pacificas populações angolanas; exige a libertação de todos os patriotas angolanos presos pelo governo colonial português; assegura ao povo angolano o seu apoio integral e encoraja-o a prosseguir o combate pela emancipação nacional".

Na resolução sobre a Guiné e Cabo Verde, após os considerandos, o Congresso: "Denuncia o crime de genocidio perpetrado pelos colonialistas portugueses na Guiné dita portuguesa e nas ilhas de Cabo Verde; pede a todas as forças progressistas do mun-

do e em particular às suas organizações juridicas que deem todo, o seu apoio ao povo da Guiné dita portuguesa e ao seu partido, o PAIGC; e exorta as Nações Unidas a tomar incessantemente medidas concretas com base na lei internacional, afim de obrigar o governo português a cessar imediatamente a pratica de tais crimes.

A resolução conjunta sobre Angola, Guiné e Cabo Verde esclarece que o Congresso, depois de ter procedido à análise jurídica da situação existente nos países sob dominio colonial português,

"Reafirma que essa situação é um caso tipico de colonialismo contrário à Carta das Nações Unidas, comprometendo a causa da paz e da cooperação mundiais,

Declara que os povos das colônias portuguesas têm o direito à autodeterminação e à independencia nacional e à conquista do seu desenvolvimento economico, social e cultural,

Condena a guerra de agressão colonial e todas as medidas de repressão empregadas pelos colonialistas portugueses,

Sauda a luta dos povos das colônias portuguesas, legitima defesa contra a agressão, e única capaz de levar o governo português a rever a sua politica de cega intransigencia,

Apoia a ação das organizações nacionalistas das colônias portuguesas.

Pede a criação de um comité de juristas democraticos que teria a missão de: averiguar qual a situação nas colônias portuguesas, particularmente no tocante à condição dos presos politicos; e oferecer a sua ajuda jurídica às organizações nacionalistas".

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura

SUCURSAL
RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel. 43-0202

REPRESENTANTES
RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real Sa Torre, 819 - 1.º

CURITIBA: A. Ferrer — Rua João Pessoa, 67

LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio — R. Dr. Flores, 26 — Rio Grande do Sul

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — R. Grande do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, n.º 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia)

INGLATERRA: Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.

HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkensstraat - 13 — Amsterdam - C

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

ARGENTINA — Manuel Lopes — Benito Perez Galdos, 222 — Buenos Aires

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo, n.º 2.128, Distrito 5 — Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Urada — Jindiská, 15 — Schránká 646 — Praha

REDAÇÃO
Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo.

EXPEDIENTE
Dias úteis: das 19 às 22 horas
sábados: das 15 às 19 horas
Numero avulso: Cr\$ 30,00
Assinatura anual: Cr\$ 1.000,00
Ass. p/ o Exterior: US\$ 10,00

Ano IX - N.º 86 - Setembro 64

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

A Força Arrazadora das Massas Desempenhará Papel Decisivo na Luta

- Afirma Delgado em Argel

Publicamos abaixo largo extracto das declarações feitas pelo general Humberto Delgado durante a conferência de imprensa que concedeu em Argel no dia 2 de julho que só não divulgámos em nosso último numero devido ao atraso dos correios.

Cabe salientar que o general, ao abrir a conferência, dirigiu uma expressiva saudação ao presidente Ben Bella, lembrando "a sua firme e eficaz ação anticolonialista e também a sua solidariedade e fraternidade revolucionárias para com a oposição portuguesa que sofre há 36 anos a opressão fascista e trava um combate cheio de dificuldades". Após recordar a visita que o presidente Ben Bella lhe fez em Praga, quando se encontrava hospitalizado, o general prestou as suas homenagens ao povo heroico da Republica argelina que "deu ao mundo exemplos extraordinários de coragem durante a guerra anticolonialista e dá agora, na paz, uma lição às democracias ocidentais".

Proseguindo, declarou:

"Há anos que me venho insurgindo, contra a hipocrisia que representa a presença do Portugal salazarista na OTAN. "O Tratado do Atlantico Norte, assinado a 4 de abril de 1949 proclama no seu preâmbulo que as Altas Partes Contratantes se comprometem a salvaguardar a liberdade, herança comum da civilização dos seus povos, fundada nos princípios da democracia, da liberdade individual e do império do Direito". Com Portugal passa-se exatamente o contrário. No entanto, as democracias ocidentais têm relações muito íntimas com o homem que emprega os métodos policiais e terroristas copiadas no nazismo. Foi a Gestapo que treinou a PIDE portuguesa".

"Rendo assim as maiores homenagens de revolucionário progressista, de exilado, de chefe dos democratas portugueses, à heroica Argélia e ao seu corajoso Presidente Ahmed Ben Bella, que concordou em receber-me permitindo-me assim sair do Brasil aproximando-me de Portugal, do meu Povo, dos meus companheiros de combate".

"Quero também agradecer à Imprensa pelo seu amável acolhimento à minha chegada à Argélia".

I — PORQUE VEIO PARA A ARGÉLIA?

"Por muitas razões. Entre outras porque o Brasil fica muito longe de Portugal e nesse país a colónia portuguesa é, na sua maioria, salazarista. Obedece a uma velha lei: os ditadores europeus, chefes de governo, detentores de meios materiais muito poderosos e de uma aparência de pres-

tigio internacional — criam no exterior colónias entusiásticas que só mudam as suas opiniões políticas depois da morte dos ditadores. É o que sucedeu à colónia alemã do Brasil que se conservou hitleriana até à morte desse louco assassino; *mutatis mutandis* o mesmo se passou com a colónia italiana com o seu amor por Mussolini até ao dia em que os patriotas o fusilaram.

"Vindo para a Argélia aproximei-me de Portugal. Não tenho a esmagar-me o terrível peso morto da maioria salazarista da colónia no Brasil que, além do seu reacionarismo tradicional recebe subvenções da máquina de propaganda fascista. Aqui benefício da proteção do vosso Governo socialista.

"Mas a causa principal é o ter sido eleito presidente da Junta Revolucionária Portuguesa, que terá a sua sede, no exterior, na Argélia".

II — PENSA ENTÃO PREPARAR NA ARGÉLIA A AÇÃO QUE DERRUBARÁ A DITADURA PORTUGUESA?

"A pergunta está colocada de modo muito incisivo. Diria apenas que penso aproveitar as facilidades que me são outorgadas ao abrigo da Constituição da Republica Argelina para cumprir o meu dever moral e politico como Presidente da Junta Revolucionária e como candidato, que a Oposição sabe que foi eleito Chefe do Estado a 8 de junho de 1958 apesar da afirmação do dr. Salazar de que não recebi mais de um quarto de votos, votos que a oposição não pôde contar porque lho impediram.

"A vitória eleitoral, de resto, é incontestável. O fascismo modificou esta lei impedindo o povo português de eleger o seu chefe de Estado e dando esse privilégio às hierarquias do regime. Onde a resolução tomada na Conferência das Forças Antifascistas que declara que só a via não pacífica está aberta doravante para a conquista da sua liberdade.

"A bom entendedor..."

III — QUAIS SÃO OS SEUS PLANOS?

Como sabem enviei emissários do Brasil a Portugal, via Marrocos, e Espanha, para fomentar a revolta em Beja no dia 1 de janeiro de 1962. Também eu, como já disse, entrei em Portugal com passaporte falso.

"Era necessário quebrar o "tabu"; durante trinta anos a oposição não tinha podido organizar uma resistência armada contra o regime. A última fôra a 26 de agosto de 1931. A ação de Beja acabou numa derrota, apesar da coragem dos jovens revolucioná-

rios. Perdemos é certo, mas a derrota militar não significa uma derrota politica. Mas não podemos continuar a ser batidos. Da próxima vez é preciso contar com a força arrazadora das massas populares, que mesmo sem armas, desempenhará um papel decisivo na luta para a derrubada da ditadura. Não para a transformar num antigo regime análogo ao que Balzac chamava "as democracias dos ricos", mas na democracia que dá as mesmas oportunidades a toda a gente e garante o direito ao trabalho, como nos países Socialistas.

"É verdade que algumas pessoas na oposição portuguesa sonham ainda com a democracia de há cinquenta anos atrás. Mas a nova geração teve o cuidado de introduzir em todos os movimentos e partidos que procura criar, a palavra socialista.

"Será a tarefa do Parlamento com funções de Assembléia Constituinte em que tomarão parte os representantes do Povo livremente eleitos. A Nação decidirá então do seu destino.

"De toda a maneira, ninguém pode resistir facilmente à tempestade, às vagas, às tendências da História. Há processos que são irreversíveis, quer na Química, quer na Sociologia.

IV — QUE PENSA DO PROBLEMA COLONIAL?

"Já o declarei em nome da Oposição, a 5 de Outubro de 1960, por tanto antes de rebentar a guerra em Angola. Era o 50.º aniversário da proclamação da República, ocasião que aproveitei para apresentar o Plano Colonial, na realidade um plano de descolonização".

"Embora hoje esse documento seja obsoleto, o plano reconhecia já concretamente o principio de autodeterminação dos povos das colónias.

"Parece que algumas pessoas ao lerem esse plano nas minhas Memórias — que após um longo período de espera acabam de aparecer em Londres, na Editora Cassel — não viram a data do documento que data de há quatro anos. Falam como se o documento tivesse sido escrito em 1964! Depois de este documento ter sido publicado, já eu estive em Marrocos — onde estabeleci uma base para entrar em Portugal nos fins de 61, a fim de montar o assalto ao quartel de Beja.

"Quando da minha permanência em Marrocos, estabeleci contactos e amizades com os nacionalistas africanos e goêses Mário de Andrade, Eduardo dos Santos, Marcelino dos Santos e Aquino de Bragança.

"O jornal *Maroc Information* de 28 de Novembro de 1961 deu grande relevo às minhas declarações. Depois disso, a 1.ª e 2.ª Conferências das Forças Antifascistas da oposição da F.P.L.N. (fim de 62 e fim de 63 respectivamente) enunciam ainda, se é possível, de maneira mais clara o ponto de vista da oposição portuguesa. Ela está pronta a colaborar com os seus irmãos africanos para que eles obtenham o mesmo que para nós desejamos: a nossa libertação.

"De resto, em carta aberta de 30 de Março de 1963, dirigida ao Exército sublinhei bem que os oficiais e soldados portugueses na África lutavam contra os direitos humanos do povo africano. Obedecem à vontade de um homem e não à da Nação. O seu dever era combater o ditador e derrubar o regime e exigir que a Nação decida desta delicada questão".

"Muito naturalmente, a oposição não deve tomar partido em relação aos diferentes grupos nacionalistas".

"Nesse espírito, com todas as dificuldades inerentes às circunstâncias, mas desejando a unidade das forças engajadas no combate contra o colonialismo, somos forçados a trocar pontos de vista com os representantes dos diferentes grupos. Assim como falei com os representantes do M.P.L.A., já recebi também no Brasil um representante do sr. Holden Roberto".

"Este apresentou-me credenciais devidamente assinadas, mas ouvi dizer que a autenticidade destas credenciais era contestável. Pedi ao sr. Holden Roberto para esclarecer o assunto".

"Por outro lado os meus colegas da Junta Revolucionária, durante a minha estadia em Praga, mantiveram em Alger, conversações com o Secretário Geral do Partido da Independência de Guiné e Cabo Verde, Amílcar Cabral".

"Não é admissível querer de um lado que a oposição mantenha, tanto quanto possível a neutralidade para com os grupos nacionalistas e ao mesmo tempo, tomar partido ao sa-

bor das tendências de cada oposicionista.

A oposição, isto é a Frente Patriótica de Libertação Nacional, é uma coligação, não é um partido".

V — PORQUE E QUANDO RESOLVEU COMBATER A DITADURA?

Quanto à primeira parte da pergunta: porque vi que Salazar, quando decidiu passar de ministro das Finanças (1932), função na qual realizou uma obra limitada mas útil, a Presidente do Conselho de Ministros, traiu a geração que acreditou na sua capacidade de estadista.

"Salazar era um homem fisicamente jovem mas velho de espírito. Uma coisa é pôr as finanças em ordem, sem levar em conta o desenvolvimento económico, outra é organizar as bases do desenvolvimento da Pátria para um século depois de nós. Esta última tarefa era difícil até para um homem progressista, moderno e revolucionário. É praticamente impossível para um homem de espírito feudal de tipo estático e antigo, como é o caso de Salazar. Se viajei muito, foi porque durante muito tempo me conservei o único oficial da Força Aérea que teve a coragem de fazer o curso de Estado Maior, nessa época muito difícil com uma duração de seis anos, dos quais três passei na Universidade para tirar Matemáticas Superiores. Além disso, fui o primeiro classificado da Academia Militar. Então, naturalmente, muitas vezes escolhi para missões ao estrangeiro. Principalmente as minhas viagens a Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Austrália, e outros países de influência anglo-saxónica, abriam-me os olhos... Vi muitas coisas que se me apresentavam como novidades".

"No que respeita à segunda pergunta "quando" — direi que não me parece possível neste assunto fixar um dia ou um mês exacto... Mas pelo fim de 1955 comecei a conspirar sistematicamente, embora representando Portugal na OTAN, em Washington. Todos os anos eu ia à Europa, para a reunião da OTAN em Paris. Passando por Lisboa, via o estado de espírito das pessoas e presente que a minha personalidade de oficial de ação começava a interessar aos militares e aos civis. Se me perguntarem, porque não comecei a conspirar antes... por exemplo quando era lugartenente... posso responder que na vida militar, as possibilidades de acção nos postos inferiores são muito limitadas.

"Quando cheguei de Washington, infelizmente a revolução não estava preparada em Portugal. Por outro lado o Governo, embora eu fosse o oficial mais graduado da Força Aérea, por escolha e por antiguidade, não me deu o comando dessa Força "porque"... Fui colocado como diretor Geral da Aviação Civil, função que havia já ocupado como tenente-coronel, entre 1944-47, altura em que abri a linha aérea para as colónias de Angola e Moçambique, terminando desta maneira com uma vergonha nacional: Portugal era o único país do mundo que não tinha uma linha aérea para as suas colónias". Sintoma bem claro do espírito atrasado do dr. Oliveira Salazar, que nunca teve coragem para andar de avião.

VI — QUAIS SÃO AS SUAS RELAÇÕES COM OS PAÍSES SOCIALISTAS?

"As melhores. Qualquer que seja a tendência ou credo político de cada homem, seria uma prova de inconsciência, pretender desconhecer que a União Soviética e mais dezesseis países vivem em regime socialista. Acabo de fazer uma curta visita à União Soviética, berço da maior revolução da História. Em 1961 estive na Iugoslávia, país onde arranjei o meu visto para Marrocos para preparar a revolta do 1.º de Janeiro de 1962. Chego da Tchecoslováquia, onde descobri que precisava de uma intervenção cirúrgica de emergência e onde fui recebido de modo inolvidável.

"Então, como hospede do Chefe de Estado e do Partido Comunista, utilizei os serviços do maravilhoso hospital de Praga *Statni Sanatorium* em que a decisão e competência do Chefe dos Serviços de Cirurgia, doutor Josef SMETANA e dos seus auxiliares me salvaram a vida duas vezes. Durante trinta dias estive entre a vida e a morte mas o Destino quis

que eu sobrevivesse ao ditador. É preciso que eu o destrua a ele e à sua camarilha.

VII — E COM AS DEMOCRACIAS OCIDENTAIS?

"Já aludi a este ponto demonstrando que elas fazem uma escolha quando me perseguem estendendo ao mesmo tempo a mão ao inquisidor Salazar. Seria portanto conveniente vê-los apoiar a minha luta para evitar o receio que a esquerda inspira muitas vezes a algumas pessoas do centro. Fiz todo o possível para convencer as democracias ocidentais a mudar a sua atitude, ou pelo menos, simbolicamente, a mostrar um sorriso à oposição. Não é o momento de desvendar neste caso alguns pormenores que conservo secretos. Mas obstinadamente, cegamente, estupidamente, mantiveram a sua servidão ao pequeno ditador. Na realidade dá náusea. Assim desisti e a oposição portuguesa está cada vez mais à esquerda, compreendendo alguns monárquicos liberais, católicos, republicanos do "antigo regime" e evidentemente a esquerda, com socialistas e comunistas".

Declaração a Agencia "Tanjug"

ARGEL (Agosto) — O general Humberto Delgado concedeu à Agencia iugoslava "Tanjug" uma entrevista cujo texto foi largamente divulgado pela imprensa argelina.

Referindo-se ao país que tão generosa hospitalidade lhe ofereceu, o general Delgado declarou:

"A Argélia, desde sua independência, tem sido a sede de todos os movimentos de libertação anticolonialistas e converteu-se recentemente na sede da Junta revolucionária portuguesa que luta pela libertação de seu país da ditadura de Salazar".

Depois de esclarecer que o general Delgado tem recebido as mais expressivas demonstrações de simpatia do povo argelino, o entrevistador reproduz a resposta que ouviu do presidente da JRP a propósito das questões que levantou sobre a situação existente nas Forças Armadas.

"O Exército — disse — transformou-se, em uma classe privilegiada no regime de Salazar. De seus membros, especialmente dos oficiais superiores, não se pode esperar uma ação revolucionária. Com o fim de derrubar o regime, busquei aliados nas fileiras da burguesia portuguesa; contudo, cheguei à conclusão de que posso contar somente com o povo, com as grandes massas e, naturalmente, com o Partido Comunista Português, que é a única força politica opositora bem organizada no país".

O artigo acrescenta que, falando da politica colonial de Salazar, Delgado disse: "A oposição pronunciou-se, em 1960, pela descolonização do império português. Depois das conversações que mantive em Casablanca e Rabat, em 1961, com os líderes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, cheguei à conclusão de que o principio da autodeterminação das nações é o direito mais importante. O problema das colónias portuguesas somente pode ser resolvido de acordo com estas bases. Esta é a atitude da "Frente de Libertação Nacional Portuguesa".



"UM GALO PARA OS IMIGRANTES"

Esta foi a legenda da foto que acima reproduzimos da revista "Time" (14/8/64) e que ilustrava a reportagem dedicada pela publicação direitista do sr. Luce ao passeio moçambicano do sr. Americo de Deus Tomás. Essa reportagem, transcrita na íntegra em outro lugar do nosso jornal, suscitou uma vaga de indignados protestos na imprensa fascista portuguesa. Até os ultra-dos Estados Unidos principiam a desmascarar o colonialismo fascista de Salazar

PORTUGAL, DEMOCRATICO
R. Costa, Furtado, 191. — SP, Brasil
Endereços de Assinantes